

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCATIVAS
Um estudo da evolução das tecnologias educativas
no Brasil

Por
Márcia Ferreira Streng

Orientador: Doutor Manuel J. Cabral S. Reis
Coorientador: Doutor Joaquim Escola



UNIVERSIDADE
DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO

Vila Real,
2016

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCATIVAS
Um estudo da evolução das tecnologias educativas
no Brasil

Por
Márcia Ferreira Streng

Orientador: Doutor Manuel J. Cabral S. Reis
Coorientador: Doutor Joaquim Escola



Vila Real,
2016

Esse trabalho foi elaborado como dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Tecnologia Educativas, sendo apresentada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, de acordo com o disposto no DR – I série – N° 151, Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto e no Regulamento de Estudos Conducente ao Grau de Mestre da UTAD DR, 2.ª série - N° 149 de 4 de agosto de 2011

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

Dedico esse trabalho a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu pudesse concluí-lo.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a Deus!

Agradeço aos professores Manuel Cabral Reis e Joaquim Escola, por todo trabalho de formação e ensinamentos importantes durante todo o curso.

Agradeço a todos os professores do Mestrado em Comunicação e Tecnologia Educativas da UTAD, e a todos os colegas de estudo de diferentes partes do Brasil, pela oportunidade de trocar experiências.

Agradeço aos Serviços de Ação Social da UTAD, por todo acolhimento.

Agradeço ao meu Marido Marcos Streng, pelo total apoio em tudo na vida!

À minha mãe, meu pai (in-memorian), irmão, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, sogra (in-memorian), filho, nora e meu neto Guilherme, que é meu incentivo por ainda estar estudando.

À minha amiga Deise, que quando o cansaço tomava conta, ela não me deixavam desistir, me incentivava, dando forças para continuar.

As minhas Companheiras de Estudos em Portugal Cristiane Eleutério Pinheiro e Luciana Tupinambá Dessy.

A todos que, de uma maneira ou de outra, me ajudaram a chegar até aqui o meu muito obrigada!

RESUMO

Este estudo tem como proposta investigar cientificamente a evolução das tecnologias educativas no Brasil e verificar se a educação brasileira está atingindo suas metas de crescimento através da implantação dos programas do Governo Brasileiro com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Para isso foi feita uma revisão bibliográfica profunda e uma observação do importante desenvolvimento histórico da comunicação e o seu grande papel na comunicação educativa.

Propusemo-nos também pesquisar a interessante história da educação brasileira desde a chegada dos Jesuitas ao Brasil em 1549, que eram os educadores da época, e poder observar a grande evolução que ocorreu até aos dias de hoje, sendo o novo profissional de educação chamados de “media educador”. Com a necessidade da alfabetização mediática, vamos evoluindo e construindo nossa cultura, com o apoio da cibercultura os cidadãos brasileiros vão construindo suas evoluções socioculturais.

Hoje, com a globalização e as necessidades imediatas de respostas, entramos na sociedade da informação e conhecimento e o Brasil, através do Ministério da Educação e o Ministério da Ciência tecnologia e Inovação, vem evoluindo com as TIC, usando a rede mundial, internet, para se conectar com o mundo.

Em vista disso, podemos verificar que, com o uso das TIC nos programas de educação do governo brasileiro vem evoluindo, com erros e acertos. Esse estudo nos proporcionou analisar os esforços do governo brasileiro, para uma educação de qualidade e igualdade para todos.

O programa Sociedade da Informação (SocInfo), com os seus Livro Verde e Livro Branco, constituiu, indubitavelmente, uma grande aposta na integração das TIC na sociedade e na educação e é diversas vezes referido em estudos internacionais.

Palavras-chave: Comunicação, Educação, Tecnologia

ABSTRACT

This study is proposed to scientifically research the evolution of educational technology in Brazil, and to verify if this Brazilian education is reaching its targets through the implementation of the Brazilian government's programmes with the use of Information and Communication Technologies (ICT). We have made a deep literature review and a note of the important historical evolution of communication and its great role in educational communication. We also researched the interesting history of Brazilian education, since the arrival of the Jesuits in Brazil in 1549, where they were educators at that time, and be able to observe the great evolution that occurred, observing that today the new education professional educators are called “media educators”. With the need for media literacy, we evolve and build our culture, and with the support of cyber-culture Brazilian citizens are building their own socio-cultural developments.

Today, with globalization and the immediate needs for answers, we enter the information and knowledge society, and Brazil, through the Ministry of Education and the Ministry of Science Technology and Innovation, has been evolving with the help of ICT, using the internet to be connected with the world. As a result, we can see that, with the use of ICT in education, programmes of the Brazilian governments are evolving, with mistakes and successes. Here we present and analyze the Brazilian government's efforts for quality and equal education for all.

The Information Society programme (SocInfo), with its Green Paper and White Paper, was undoubtedly a big bet on the integration of ICT in society and education and is referred to several times in international studies.

Keywords: Communication, Education, Technology

LISTA DE SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
a.C.	Antes de Cristo
ANATEL	Agencia Nacional de Telecomunicações
BBCDD	Broadband Commission for Digital Development
BIOE	Banco Internacional de Objetos Educacionais
CBFP	Centro Brasileiro de Pesquisa e Física
CCEB	Critérios de Classificação Econômica Brasil
CD	Disco Compacto
CD- ROM	Compact Disc Read-Only Memory
CEPES	Centro de Seleção e Promoção
CFE	Conselho Federal de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
Cied	Centro de Informática Educativa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia
CVT	Centro Vocacionais Tecnológicos
d.C.	Depois de Cristo
DETI	Diretoria de Extensão Tecnológica e Inovação.
DVD	Disco DigitalVersátil

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Educom	Educação com computadores
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação
GESAC	Governo eletrônico serviços de atendimento ao cidadão.
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPES	Programa Nacional de Tecnologias educacionais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
ME	Mídia Educativa
MEC	Ministério da Educação
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
NTE	Núcleo de Tecnologia Educacional
OEI	Organização dos Estados Iberos – americanos
ONGS	Organização Não Governamental
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIE	Política de Informática Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNI	Política Nacional de Informática
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação

SEED	Secretária de Educação a Distância
PROUNI	Programa Universidade para todos
REPEL	Rede Latina Americana de Portais Educacionais
SEIS	Secretária de Ciências e Tecnologia para Inclusão Social
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SOCINFO	O programa da Sociedade da Informação.
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV	Televisão
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	17
1.1- Motivação	19
1.2-Formulação do problema	21
1.3 -Objetivos	22
1.3.1 – Objetivos Gerais.....	22
1.3.2-Objetivos Específicos	22
1.4 - Suposição.....	22
1.5-Delimitação do estudo.....	23
1.6- Justificativa e relevancia do Estudo.....	23
CAPÍTULO II – A COMUNICAÇÃO	
2 - A Comunicação	26
2.1– Aspectos Históricos da Comunicação	28
2.2 – Funções da Comunicação.....	31
2.3 – A Comunicação Educativa.....	32
2.4– A Pedagogia da Comunicação	35
CAPÍTULO III– CULTURA	
3 - A Cultura	38
3.1 – A origem da Cultura	38

3.2 – Aspectos Históricos	40
3.3 – A Tecnocultura.....	41
3.4 - Cibercultura.....	42
3.5 – Cultura Brasileira.....	44

CAPÍTULO IV – EDUCAÇÃO

4 – A Educação	46
4.1 – Aspectos Históricos	47
4.2 – A evolução do sistema Educacional Brasileiro	48
4.3 – O desenvolvimento Brasileiro e a Modernização da Educação	51
4.4 – A Teoria social na Educação	52
4.5 – A Educação e a Comunicação	54
4.6 – A Educomunicação	58

CAPÍTULO V – A MÍDIA E A EDUCAÇÃO

5 - A Mídia Educativa	61
5.1 – Aspectos Históricos	63
5.2 – A Mídia Educativa e a Transdisciplinaridade.....	65
5.3 – A relação entre a Mídia e o Educador.....	66

CAPÍTULO VI – SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

6 – A Sociedade e a Tecnologia	70
--------------------------------------	----

6.1 – Aspectos Históricos	71
6.2 – A expressão Sociedade da Informação	72
6.3 – As características da Sociedade da Informação	73
CAPÍTULO VII - A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	
7 - A Educação na Sociedade da Informação	75
7.1 – Aspectos Históricos	77
7.2 – Evolução tecnológica no Brasil	79
CAPÍTULO VIII - INICIATIVAS DO GOVERNO BRASILEIRO PARA A ATUALIZAÇÃO DAS TIC	
8.1- INTRODUÇÃO.....	85
8.2 - A urna eletrônica (1978).....	86
8.3- Enem (1988).....	87
8.4- Socinfo (2000).....	89
8.5- Gesac (2002).....	90
8.6- Centro Educacionais Tecnológicos (2003).....	91
8.7- Cultura Digital (2004).....	92
8.8- Casa Brasil (2005).....	92
8.9 -Computadores Para Todos 2005).....	94
8.10- Projeto Computadores Para Inclusão (2006).....	94

8.11- Portal Do Professor (2007).....	95
8.12-Proinfo Integrado (2008).....	96
8.13- Portal da Recuperação/ Reforço Escolar (2008).....	97
8.14- Plataforma Freire (2009).....	98
8.15 - FMEPT (I - 2009, II 2012 e o III 2015).....	99
8.16 – SISU (2010).....	100
8.17 – Meninas. Comp. (2010).....	102
8.18 - Facebook (2011).....	103
8.19 – PRONATEC (2011).....	103
8.20 – PDDE (2011).....	104
8.21 – Projeto Educacional Digital (2012)	104
8.22 – SETEC (2012)	107
8.23 – SISUTEC (2013)	107
8.24 – Portal de Periódico (2014)	108
8.25 – Programa de Tecnologia Assistiva (2014)	109
8.26 – Programa Brasil mais TI (2015)	110
8.26 – Devolutivas Pedagógicas (2015).....	111
8.27 – Meios de Comunicação com o MEC.....	112

CAPITULO IX – CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTURO

9 – Conclusões.....	113
---------------------	-----

9.1 Respondendo as perguntas de partidas.....	116
---	-----

9.2 Trabalho futuro.....	117
--------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Referências Bibliograficas.....	118
---------------------------------	-----

Bibliografia.....	112
-------------------	-----

Webgrafia.....	124
----------------	-----

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1 - INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está marcada por uma característica interessante que é a evolução tecnológica. Esse avanço nos remete à sociedade da informação e do conhecimento. A tecnologia atualmente é um agente transformador da Educação Brasileira que se destaca cada vez mais no cenário das escolas no Brasil. Este avanço nos impulsiona a buscar mais e mais e estar sempre nos comunicando com o mundo.

A comunicação e a educação necessitam de diálogo para serem compreendidas entre os envolvidos. Podemos dizer que a educação é uma forma de comunicação, focando modificar uma realidade apresentada. Ao utilizar meios de comunicação para atuar durante este processo educativo, encontrou-se uma saída eficaz para atrair a atenção de crianças, jovens e adultos e facilitar a interação de opiniões e ideias entre os envolvidos durante o processo de aprendizagem.

Para que seja possível dissertar sobre o tema “Comunicação Educacional e as tecnologias na educação no Brasil” será necessário descrever sobre Comunicação, pois, a partir de tal entendimento será possível elencar fatores que descrevam o tema solicitado e assim aprofundar a pesquisa.

Nas últimas décadas do século XX observou-se que um conjunto de inovações científicas e tecnológicas pavimentou o caminho que levaria à transformação dos cenários econômico, financeiro, político e social no Brasil.

Deu-se início “a Revolução da tecnologia da informação”(Castells, 1999, p. 67-68), “um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII, induziu um padrão de descontinuidades nas bases materiais da economia, sociedade e cultura”.

Neste novo modelo de sociedade, o conhecimento e os seus processos de aquisição assumem um papel de destaque, de primeiro plano, tornando-se as principais fontes de geração de riqueza e poder. Por outro lado, os fatores tradicionais de produção, como a matéria-prima, o trabalho e o capital, têm um papel secundário (Drucker, 1993 apud Valente, 2002 p. 29).

No entanto, a revolução da tecnologia da informação só se tornaria realidade com a criação da internet, a rede das redes, que veio permitir a comunicação instantânea entre computadores, celulares localizados por remotas localidades geográficas. No entender de Soares (1995,p.3).“a conjunção destas duas tecnologias – Comunicação e processamento de informações – veio revolucionar o mundo em que vivemos”.

O uso da internet difundiu-se em um ritmo “mais veloz que qualquer outro meio de comunicação na história” (Castells, 1999, p. 439), incorporando-se ao cotidiano de milhões de pessoas espalhadas pelo mundo. Assim, sem sair de casa ou do escritório, tornou-se possível realizar negócios, pesquisar, estudar, explorar o mundo e suas diferentes culturas, conhecer pessoas, fazer amigos, aceder a lojas e supermercados de vários países e compartilhar mensagens, fotos e vídeos.

Na Educação, as possibilidades do uso das TIC são potencialmente ilimitadas. “É possível visitar os acervos dos mais importantes museus do mundo, como o Louvre de Paris ou o Prado de Madri” (Daud, 2009, p. 10), podemos estar fazendo cursos e interagindo com alunos em Universidades fora do nosso país e ler diariamente jornais, revistas e artigos publicados em vários países e trabalhar em conjunto com professores e alunos de outras escolas, cidade, regiões.

1.1 Motivação

Este Capítulo faz uma apresentação do que me motivou a pesquisar as Comunicação e Educação, um estudo da evolução das tecnologias educativas no Brasil. Observo que são grandes os esforços do MEC, Ministério da Educação e Cultura para que haja uma grande parte da população incluída nas TIC, mas vem de encontro à economia do país que muitas vezes impedem o crescimento tão desejado.

Segundo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) divulgada em 2011, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil ainda possui um grande número de pessoas que não possuem computadores em suas residências e nem acesso a internet, conforme tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo a utilização da internet no período de referência dos últimos três meses e a residência em domicílio que possui microcomputador com acesso à internet – 2005/2011

Utilização da internet, no período de referência dos últimos três meses e residência em domicílio que possui microcomputador com acesso à internet	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (1 000 pessoas)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2005						
Total (1) (2)	152 250	11 524	41 419	65 897	22 479	10 931

Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	22 254	549	2 368	13 672	4 164	1 501
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	129 996	10 975	39 052	52 224	18 316	9 429
Utilizaram (2)	31 856	1 348	4 922	17 284	5 743	2 559
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	16 351	398	1 751	9 902	3 111	1 189
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	15 506	950	3 172	7 382	2 632	1 370
Não utilizaram (2)	120 388	10 175	36 497	48 609	16 736	8 372
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	5 903	151	617	3 770	1 052	312
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	114 485	10 024	35 880	44 838	15 683	8 060
2008						
Total	160 514	12 540	43 600	69 148	23 490	11 735
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	41 583	1 369	5 449	24 210	7 500	3 056
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	118 931	11 171	38 152	44 939	15 990	8 680
Utilizaram	55 743	3 307	10 877	27 854	9 078	4 627
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	30 414	1 056	4 088	17 329	5 603	2 338
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	25 329	2 250	6 789	10 525	3 475	2 289
Não utilizaram	104 771	9 234	32 723	41 294	14 412	7 109
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	11 169	313	1 361	6 881	1 897	718
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	93 602	8 921	31 362	34 413	12 515	6 391
2009						
Total	162 746	12 749	44 253	70 037	23 788	11 919
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	48 132	1 719	6 762	27 415	8 566	3 669
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	114 614	11 030	37 490	42 622	15 222	8 250
Utilizaram	67 723	4 217	13 290	33 672	10 919	5 625
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	37 547	1 367	5 230	21 115	6 830	3 004
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	30 176	2 851	8 059	12 557	4 088	2 620
Não utilizaram	95 023	8 532	30 963	36 365	12 870	6 294
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	10 584	353	1 532	6 300	1 736	664
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	84 439	8 179	29 431	30 065	11 134	5 630
2011						
Total	166 987	13 344	45 475	71 496	24 255	12 417
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	65 727	2 857	10 492	36 016	11 067	5 295
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	101 260	10 488	34 982	35 480	13 189	7 122
Utilizaram	77 672	4 726	15 470	38 728	12 156	6 592
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	51 723	2 259	8 024	28 263	8 828	4 349
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	25 949	2 467	7 446	10 465	3 328	2 243
Não utilizaram	89 315	8 619	30 004	32 768	12 099	5 825
Residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	14 005	598	2 468	7 753	2 238	947
Não residem em domicílio que possui microcomputador com acesso à Internet	75 310	8 021	27 536	25 015	9 861	4 878

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2011.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de utilização da Internet. (2) Inclusive as pessoas que residem em domicílios sem declaração de existência de microcomputador com acesso à Internet

Adicionalmente, com a introdução das novas tecnologias houve uma grande mudança nos processos de ensino aprendizagem no Brasil. Esse novo advento proporcionou aos educadores e educandos uma nova forma de se comunicar, independente das limitações geográficas.

Como profissional de educação é muito importante vivenciar as mudanças no processo ensino aprendizagem com a incorporação das TIC, principalmente pelo crescimento pessoal, independentemente das limitações geográficas e sociais existentes.

Este novo universo impulsionou-me a buscar no ano de 2012 o Mestrado em Educação Comunicação e Tecnologias Educativas, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, na Cidade de Vila Real, Portugal.

1.2 Formulação do problema

Cada vez mais as tecnologias educativas são uma ferramenta de grande valor usada na educação no Brasil. Contudo apesar do esforço dos brasileiros, em estar buscando uma constante atualização, ainda se percebem problemas econômicos, de qualificação profissional e tecnológicos.

Como exemplo de utilização das TIC no Brasil, embora um pouco controverso, podemos apresentar as chamadas nas mídias aos anúncios para a prova do Enem, Exame Nacional do Ensino Médio, onde os estudantes de ensino médio com um bom resultado no aprendizado são beneficiados com oportunidades e é critério para acesso a vários programas, como por exemplo, SISU, Prouni, FIES, Ciência sem Fronteiras, programas do governo brasileiro.

As inscrições só podem ser feitas pela internet, para obter o cartão de confirmação. Este exemplo leva ao aparecimento de diversas questões, como por exemplo: Todos brasileiros têm computador em sua residência?

Todos os brasileiros têm acesso à internet?

Quais os esforços do governo brasileiro para acabar com a exclusão digital?

1.3 Objetivos

Tendo como base as questões acima, apresentam-se os seguintes objetivos descritos a seguir.

1.3.1- Gerais

Investigar a evolução das tecnologias educativas no Brasil.

1.3.2 - Específicos

Investigar a evolução das tecnologias educativas no Brasil; e Analisar a evolução histórica das tecnologias educativas no Brasil.

1.4 Suposição

A presente pesquisa parte da suposição que estamos vivendo o momento onde precisamos estar conectados com o mundo. A comunicação e as tecnologias são as

grandes ferramentas para o crescimento do nosso País, a grande meta para a educação brasileira e está bem definida no Plano Nacional de Educação 2014/2024.

1.5 Delimitação do estudo

Essa pesquisa bibliográfica teve início em 2012, com busca de matérias em bibliotecas presenciais e virtuais, onde permitiu investigar vários fenômenos.

Tornou-se uma pesquisa ampla com muitas informações, baseada em dados gerais de diversos autores; o tema foi delimitado até o ano de 2015, proporcionando a realização de um estudo histórico.

1.6 Organização da dissertação

No primeiro capítulo, apresento o que me motivou a pesquisar e fazer uma revisão bibliográfica sobre a Educação e a evolução tecnológicas no Brasil, suas dificuldades, seus esforços para que alcance uma igualdade educacional para todos os cidadãos brasileiros.

No segundo capítulo veremos a importância do diálogo entre comunicação e a educação para serem compreendidas entre os envolvidos. Podemos dizer que a educação é uma forma de comunicação, ou vice e versa, sendo uma maneira de discutir diversos

assuntos, entre pessoas de várias localizações diferentes, focando modificar uma realidade apresentada.

No Terceiro capítulo, apresento uma revisão de estudo sobre cultura como produto da ação humana. Atualmente, duas fontes que se entrelaçam, a cultura de origem e a cibercultura, que interagem dificultando o esforço de demarcação de seus limites.

No quarto capítulo, através de situações presenciadas e virtuais as experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida são renovadas a todo o momento. A educação engloba o nível de conhecimentos sem tem limites, indivíduo ao de sua vida cresce se capacita e vai socializando com novos conhecimentos.

No quinto capítulo revê-se a forma como a mídia-educativa influencia no sentido de se fazer educação sobre as mídias, ou educação para as mídias, onde ocorre o envolvimento de diferentes instâncias educativas. Ao se fazer mídia-educativa sob esta perspectiva significa a capacidade da transmissão de mensagens a um público visando influenciar em seu modo de agir e pensar.

No sexto capítulo revê-se o grande desenvolvimento das TIC. A chamada sociedade da informação apresenta-se como um facto importante e característico do desenvolvimento humano, onde as informações são transmitidas muito rapidamente, seja em âmbito local ou quando pensamos globalmente.

No sétimo capítulo é estudado o programa da Sociedade da Informação no Brasil, suas metas para estabelecer as bases para uma inserção competitiva do Brasil na sociedade global da informação, que tem por finalidade integrar e coordenar o desenvolvimento e a atualização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e suas aplicações.

No oitavo capítulo é feito um estudo evolutivo dos programas tecnológicos do governo brasileiro para melhoria da educação no Brasil, junto com o Ministério da Educação, Ministério de Ciências Tecnologia e Inovação, buscando uma qualidade e igualdade na educação no Brasil. Esse é o lema divulgado pela atual presidente do Brasil Dilma Rousseff, Brasil “Pátria Educadora”.

Em vista disso, podemos verificar que, com o uso das TIC é grande a quantidade de programas educativos criados pelo governo brasileiro e ao longo desse estudo verificamos que alguns programas estão ativos, outros não, mas sabemos que todas as etapas da aprendizagem são acompanhadas de erros e acertos. Portanto, podemos concluir que são grandes os esforços do governo brasileiro para uma educação de qualidade e igualdade para todos.

CAPITULO II – COMUNICAÇÃO

2 -A Comunicação

A palavra comunicação deriva de um termo latino "*communicare*", que tem o significado de tornar comum, participar de algo ou partilhar. A comunicação possibilita que tanto os seres humanos como os animais possam trocar diferentes informações entre si, proporcionando o entendimento entre as espécies como sendo um ato indispensável para uma boa convivência em social. Ela vem sendo utilizada desde os tempos primórdios, como meio de troca mútua, instrução e como ferramenta de integração. Este processo, que ocorre durante a comunicação, entre recetor e emissor, consiste em uma mensagem já decodificada.

“A comunicação serve para que as pessoas se relacionem entre si transformando-se mutuamente e a realidade que as rodeia. Sem a comunicação cada pessoa seria um mundo fechado em si mesmo. Pela comunicação as pessoas compartilham experiências, ideias e sentimentos. Ao se relacionarem como seres interdependentes, influenciam-se mutuamente e, juntas, modificam a realidade onde estão inseridas” (Bordenave, 2003, p. 36).

Alguns sinais já definidos das codificações das mensagens são expressos das seguintes maneiras: gestos, sons, indícios, linguagem escrita, linguagem oral, cores, logomarcas, entre outros.

A comunicação verbal se dá quando ocorre a linguagem falada ou escrita, sendo uma forma exclusivamente utilizada pelos seres humanos. A comunicação não-verbal se dá, através dos sinais não linguísticos, que são as expressões faciais, os gestos, os toques, os olhares, as imagens, entre outros.

Este tipo de comunicação envolve uma troca de informações que utiliza símbolos para que ocorra a comunicação. Neste processo surgem diversas maneiras para se comunicar, como conversas pessoais ou com gestos com as mãos, SMS (mensagens de textos por celulares ou tablets), e-mail, a fala, a escrita, etc., que auxiliam a interação entre as pessoas com alguma troca de informações.

“A comunicação (...) implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos.

Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo...é indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito “(Freire 1982, p. 67).

Por ser um campo amplo de conhecimento acadêmico, a comunicação é estudada através dos processos de comunicação humana, encontradas nas teorias da informação, nas comunicações intrapessoal e interpessoal, na publicidade, nas propagandas, no marketing, nas relações públicas, nas telecomunicações, no jornalismo e na análise do discurso.

Quando existe um locutor, ou algum tipo de aparato técnico envolvido na comunicação, este processo é conhecido como comunicação mediada.

Também é utilizado o termo "comunicação" com sentido de ligar dois pontos, dois locais, a partir de um meio de transporte ou como meios tecnológicos de comunicação.

2.1 Aspetos Históricos da Comunicação

Desde o início da civilização humana, os seres humanos encontraram diversas formas de comunicar-se entre si, e a busca por propagar suas ideias, anseios e informações levam o ser humano a constantemente desenvolver maneiras mais eficazes, modernas, ágeis e diversificadas de comunicar-se.

A Comunicação evoluiu com o passar dos tempos, dos períodos, surgindo então alguns modelos de comunicação que utilizamos até os dias atuais que são: comunicação corporal, comunicação oral, comunicação escrita e a comunicação digital, que têm sido estudadas em cada particularidade de seus aspetos.

O estudo da Retórica, a arte de discursar e persuadir, na Grécia Antiga, foi um assunto muito discutido por diversos estudantes. Especialistas, no século XX, pesquisaram a comunicação nas partes específicas de suas disciplinas acadêmicas, onde começou a emergir como um campo acadêmico ainda no século XX, sendo Marshall McLuhan, Theodor Adorno e Paul Lazarsfeld considerados os pioneiros.

Há cerca de 30.000 mil anos, na era Paleolítica Superior, o homem iniciou sua comunicação com desenho, conhecidos por Pictóricos, que foram desvendados e entendidos após muitos anos se sua confecção no interior de cavernas que eram usadas para residir na Era Paleolítica. Sendo assim, o *Homo sapiens*, foi precursor no surgimento da comunicação interpessoal.

Tendo como ponto de partida o período da Era Paleolítica para o início da comunicação, os homens então se empenharam em buscar a comunicação perfeita, busca esta que dura há mais de 30.000 anos, tentando atingir o ápice nos meios de comunicação, sendo necessário extinguir algumas ao longo dos tempos e criar novas maneiras de comunicar-se, evoluindo a comunicação em diferentes direções ao longo dos séculos.

Sendo o berço da civilização moderna o Médio Oriente, contribuiu com grande empenho para o desenvolvimento da comunicação, surgindo aí a escrita, o papel, a agricultura e diferentes tipos de ciências, que acarretaram em uma base sólida no desenvolvimento da comunicação no local.

Com a criação do Correio pelos Romanos no século I d.C, e parte do comércio ter sido transferido para a Europa, a mesma tornou-se uma potência intelectual. No século XV a prensa de Gutenberg (imprensa), foi um marco na evolução comunicativa, tomando proporções globais, com velocidade avançada, o que veio a desencadear diversas invenções que tornaram a comunicação e a informação muito mais eficientes e rápidas.

Até à metade do século XIX foi possível observar a evolução e massificação da comunicação escrita. Foi quando a mesma começou a ser transmitida através de ondas invisíveis pelo ar. As ondas eletromagnéticas foram utilizadas pelo telégrafo de Morse, em comunicação instantânea e remota.

No final do século XX, os telefones foram utilizados comercialmente e nas residências, por Graham Bell, e no início deste século foi o rádio, pelo inventor Thomas Edison, tornando-se o primeiro e principal meio de comunicação em massa.

É possível perceber que o século XX foi um século de muita evolução no conceito de comunicação, que tomou rumos que nenhum ser humano poderia imaginar. O rádio demorou cerca de 20 anos para se tornar um meio de comunicação em massa viável de forma unilateral. Mais tarde, já na última década do século XX, a internet em menos de 5 anos tornou-se um meio de comunicação bilateral, sendo utilizada por dezenas de milhões de usuários/utilizadores no planeta. É possível perceber que a evolução tecnológica acelera o desenvolvimento da evolução comunicativa.

No século XX, as inconstâncias que conturbaram este século, tornaram necessário ao homem estar acessível em qualquer local do planeta em qualquer hora. Com as revoluções e guerras mundiais ocorridas foi criado um cenário de evoluções tecnológicas que acarretaram no desenvolvimento da comunicação remota e de massa.

Na Revolução Russa e nas Catástrofes do século XX, os objetivos interligados a estas batalhas tinham o capitalismo como aliado ou inimigo. Assim, a corrida por tecnologias mais avançadas em comunicação acelerou drasticamente, elevando as necessidades de tecnologias de comunicação a níveis mais altos, ágeis, até o momento não imaginados.

Com a Segunda Guerra Mundial, após 20 anos de trégua, se expandem os avanços comunicativos e tecnológicos, mudando a história da comunicação no século XX. Com o crescimento acelerado, a necessidade de mais informação sobre aos avanços tecnológicos, aliados às necessidades criadas pelos conflitos e revoluções do século, iniciaram uma procura sobre uma informação customizada, segmentada e que facilite a mediação de conflitos. A aceleração do desenvolvimento tecnológico neste século XX se deve em parte, à Guerra Fria.

Durante a evolução da comunicação, a Publicidade surgiu, como uma consequência. Para que seu surgimento fosse real, foram idealizados vários pré-requisitos, que criariam uma ordem propícia de comunicação entre a empresa e o consumidor. Logo a propaganda e a publicidade apareceram focando o público em massa, em um ambiente onde uniam a comunicação e as relações comerciais, isso ainda no século XIX.

2.2- Funções da Comunicação

Segundo Bordenave (2003), as tendências e as previsões para o futuro mostram a direção para a conectividade. Sendo assim, a internet torna-se a ferramenta estratégica para um novo modelo de fluxo e de forma de informação. Ainda não é possível dizer que apenas a internet será a responsável por absorver os demais meios de comunicação. Segundo as tendências, a internet, nas próximas décadas utilizará outras ferramentas de apoio, buscando fortalecer a propaganda baseada na intenção de compra, utilizando ferramentas de busca de publicidade direcionada aos usuários, de acordo com os produtos certos na hora certa, concretizando o conceito de globalização e tornando possível e economicamente viável a compra e a venda pela internet.

Com os meios de comunicação evoluindo constantemente, devido às novas tecnologias e às redes sociais, é possível ler jornal, ouvir rádio, e até ver televisão utilizando a internet. Mas a grande maioria da população ainda possui televisão e rádio em suas residências e utiliza a internet como meio de entretenimento e de pesquisa.

A comunicação possui diversas funções. Destacamos as enunciadas por Bordenave: *“Função instrumental: satisfaz necessidades materiais ou espirituais da pessoa; função informativa: apresenta novas informações; função regulatória: controla o comportamento dos outros; função internacional: relacionamento com outras pessoas; função de expressão pessoal: forma de identificar e expressar seu próprio eu; função heurística ou explicativa: explora o mundo dentro e fora da pessoa.”* (Bordenave, 2003, p. 46).

Em todos os lugares a comunicação está presente. Em todos os momentos da vida dos seres humanos em todos os ambientes que frequentam, pois é através da comunicação que se estabelecem as crenças, a cultura, os hábitos e os valores das sociedades, e quando ocorre o processo de comunicação é onde o homem tem a

chancede transmitir suas ideias, pensamentos e tem a possibilidade de criação de novas relações com outras pessoas.

Bordenave (2003) afirma que os recursos de mídia estão sendo usados há muito tempo, tornando-se parte de nosso cotidiano, como forma de comunicação utilizada com frequência por inúmeras pessoas durante o dia, mesmo em horário de trabalho. Isso se dá devido aos acessórios disponíveis nos aparelhos celulares com conexão à internet, permitindo que inúmeros usuários fiquem conectados (quase) 24 horas por dia. Tais recursos dos meios de comunicação acabam por interferir na vida particular do homem, criando diferentes maneiras de interação entre as pessoas, surgindo novas relações de intimidade, mesmo sem se saber quem realmente é o “outro” na realidade, entre as pessoas, sem ao menos se conhecerem cara a cara, colocando em risco ambos.

Ainda segundo Bordenave (2003) os indivíduos recebem opções variadas de materiais mediados para usarem em seu processo de auto-formatação, tendo em vista o montante de informações diárias transmitidas, ficando a responsabilidade de selecionar o que interessa ao recetor, filtrando suas necessidades. O próprio ser humano é capaz de dominar a mídia, utilizando os recursos disponíveis para construção de sua identidade e assim dominar suas ações e pensamentos perante o mundo tecnológico.

2.3 - Comunicação Educativa

A comunicação educativa ocupa um espaço que conduz para a temática da comunicação e educação como áreas inesgotáveis, que emergem constantemente nos currículos universitários em todos os países, se originam da reorganização disciplinar,

na construção de objetos de investigação e de saberes, e do surgimento das novas realidades apresentadas no campo onde atuam as ciências sociais.

Ao referir-se à comunicação e educação pode-se atentar para dois tipos de olhares, um que cita a educação desvinculada da comunicação, que surgiu na Grécia e perdurou até o século XIX, e um outro olhar que cita um movimento por parte da comunicação aliando-se à educação, devido à sua problemática, apresentada em meados do século XX.

A dimensão pragmática era muitas vezes inexistente, onde os acontecimentos sociais da dimensão comunicativo-retórica, obtidos na educação escolar, ocorriam através dos jogos de salão, na antiga Roma imperial, onde era buscada a conquista pela benevolência das damas ou impressionar o auditório com malabarismos verbais.

Iniciando no século passado, a comunicação passou a se preocupar mais com as questões sociais e constituiu-se como central, onde a comunicação penetrou em um lugar onde jamais conseguiu atingir, no cotidiano de crianças, jovens e adultos de maneira mais impactante do que a própria educação. Foi a partir desta etapa, que esta problemática da comunicação, compreende, origina e condiciona, denominando uma nova disciplina, a Comunicação Educativa.

Devido à entrada das tecnologias comunicativas no cotidiano das crianças, jovens e adultos, foram originadas algumas alterações significativas, sendo elas: a massificação da comunicação, o acesso generalizado e o surgimento e divulgação de tecnologias de informação e comunicação, inseridas nesta massificação. A maior preocupação social com a educação do que com a comunicação, pois o acesso a este tipo de meio era restrito a sacerdotes, juízes, senadores, políticos e funcionários. Já na segunda citação, o acesso à comunicação era generalizado, sendo o século XX

denominado como “o século da comunicação”, onde a centralidade alcançada pela comunicação atinge um parâmetro indeterminado de preocupação com a educação.

Atualmente este tema tem sido abordado e investigado por sociedades científicas em congressos, constando em currículos e em cursos de pós-graduação. Em alguns países a ligação entre estas duas áreas, comunicação e educação, ocupa um espaço social de destaque, reflexivo e de descoberta, muito mais acelerado do que em nosso país, onde se reúnem grupos de professores de diferentes universidades que têm interesse na inter-relação entre estas áreas. Durante o estudo e os esforços destes especialistas foi criado um novo e distinto campo que se denominou como Educomunicação.

Com esta maneira de conceber a comunicação pautada pelo contexto histórico-cultural dos recetores das mensagens e nas relações que estabelecem com os meios de comunicação uma perspectiva construtivista e multiculturalista, onde se leva em consideração as variáveis que modificam a recepção e interpretação da mensagem, Martin-Barbero, fez uma alteração no rumo dos estudos da comunicação dos meios para as mediações, enfatizando que os processos que interferem na recepção das mensagens, principalmenteno que se trata a cultura dos sujeitos e a sua relação com os meios.

“E que é um diálogo? É uma relação horizontal de A com B. nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.” (Freire, 1967, p. 107).

A partir dessa perspectiva de Freire (1967), entende-se que a relação dialógica não é dada pela tecnologia adotada, mais ou menos amigável, mas essencialmente pela adoção por um tipo de convívio humano. Trata-se de uma decisão ético-político-pedagógica, que necessita naturalmente ser circundada pela definição de tecnologias de auxílio.

“Um ambiente escolar Educomunicativo caracteriza-se, justamente, pela opção de seus construtores pela abertura à participação, garantindo não apenas a boa convivência entre as pessoas (direção-docente-estudantes), mas, simultaneamente, um efetivo diálogo sobre as práticas educativas (interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pedagogia de projetos), elementos que conformam a pedagogia da comunicação” (Soares, 2011, p. 45).

De acordo com Soares(2011),Paulo Freire sistematizou uma teoria educacional centrada na comunicação dialógica e participativa, atualmente reconhecido internacionalmente como sendo um autor que de maneira mais adequada transita entre o campo da educação e da comunicação.

2.4 Pedagogia da Comunicação

A grande contribuição da Pedagogia da comunicação parte deGabriel Marcel. Sua vida intelectual foi muito intensa: além de viagens de estudos, da crítica literária e artística e da investigação filosófica, dedicou-se também ao magistério lecionando filosofia. A primeira fonte do pensamento de Marcel é sua própria existência. Ele mesmo acentuava que se deve ter vivido os problemas filosóficos e pelo mesmo, sofrido: “quem não viveu um problema filosófico, quem não foi oprimido pelo mesmo, não pode, de modo algum, compreender o que este problema significou para os que

viveram de antemão: a este respeito às posições se invertem, e história da filosofia pressupõe a filosofia e não o inverso.

“De minha parte inclinar-me-ia a negar a qualidade propriamente filosófica a toda obra em que não se possa discernir o que chamarei de mordida real. A filosofia concreta nasce não somente de uma tensão criadora, continuamente renovada, entre oeu e as profundezas do ser, da mais estrita e rigorosa reflexão, fundada na experiência vivida até o limite de sua intensidade” (Giordani, 1977, p.18).

Segundo Escola (2011, p. 200) a sociedade da informação e do conhecimento tem outorgado de forma clara um lugar sem paralelo à comunicação, emprestando-lhe uma centralidade jamais verificada em nenhuma outra época histórica. Malgrado o reconhecimento da importância que os fenômenos comunicacionais conquistaram no seio da sociedade e mesmo a emergência de novas possibilidades comunicacionais desafiando os novos limites tecnológicos não encerra a inquietante e a paradoxal impressão de que, apesar das multiplicações dos meios a capacidade dos homens comunicarem entre si, *“a comunicabilidade humana”* continua comprometida, não forjando respostas às dúvidas mais lancinantes que corroem a tranquilidade dos homens neste século.

Ainda segundo Escola (2011, p. 203) as condições de possibilidades de uma pedagogia da comunicação existirão a partir de uma meditação antropológica de inspiração Freiriana e Marceliana que encontraremos os alicerces a partir dos quais é possível lançar os fundamentos de uma *pedagogia da comunicação*, destacando os liames que estreitam a relação entre Marcel e Freire evidenciados na defesa de um humanismo integral (Freire, 1974), de sentimento existencial, personalista, dialógico, liberto de todas as formas de alienação, massificação, isto é, tudo o que no limite

potencie a subjugação do homem quer aos homens, quer às máquinas (Marcel, 1951; Freire, 1979, p.20; 2000, p. 107). Nesta medida, qualquer meditação sobre a educação deverá começar por uma reflexão sobre o homem, enquanto sujeito livre, autônomo.

CAPÍTULO III - CULTURA

3 -A Cultura

Para Vera Werneck (2003, p. 01), o termo cultura, ao longo dos tempos, vem apresentando diferentes significados e expressando ideias variáveis. Como um termo análogo, “cultura” denota conceitos semelhantes, mas não idênticos.

3.1-A Origem da Cultura

Segundo Werneck (2003, p.30), o fenômeno da cultura como produto da ação humana provém, basicamente, de duas pontes que se entrelaçam e interagem, dificultando o esforço de demarcação dos seus limites: a Cultura é produto do chamado “imaginário” e pode ainda ser proveniente do conhecimento obtido pela razão e pela sensibilidade mediatizado pela ação da vontade.

Para Werneck (2003, p.09), torna-se cada vez mais premente a reflexão sobre a noção de cultura, especialmente pela interferência que a sua conceituação vai ter na vida prática, na avaliação da produção do dia-a-dia. A ideia de cultura pode ainda ser entendida tanto como processo, tanto como produto.

De início, a ideia de cultura confundia-se com a de civilização, sendo os dois termos usados praticamente com o mesmo significado. A distinção que pouco a pouco foi se estabelecendo entre os aspectos materiais e não materiais da vida social, levou à diferenciação dos dois termos.

“Um homem é culto quando pessoalmente fez um esforço de humanização e civilizado quando participa de um nível coletivo de civilização porque não somente a palavra civilização implica valores materiais, como também invoca dimensões comunitárias. Na prática, entretanto, afirma ele será inútil separar as duas concepções. (Laoloup, 1966, apud Werneck, 2003, p. 10).

Ainda segundo Vera Werneck (2003, p. 14), na Grécia Antiga a ideia da Cultura apresenta-se com uma significação toda especial ligada à formação individual do homem. Correspondia à chamada *Paidéia*, processo pelo qual o homem realizava sua verdadeira natureza, desenvolvendo a filosofia (conhecimento de si e do mundo) e a consciência da vida em comunidade. Coincidia, de certo modo, com o que os latinos chamavam de humanistas. A educação do homem enquanto tal ou a educação de vida às “boas artes” são a ele peculiares e era o que o distinguia a poesia, a eloquência, a filosofia, que entendiam serem essenciais para a realização humana.

Os gregos compreendiam a cultura como a busca e a realização que o homem faz de si mesmo para atingir a verdadeira natureza humana fundamentada, especialmente, na filosofia que englobava todas as formas de investigação e com a vida social na comunidade, ou seja na polis.

No final do século XIII, encontra-se a palavra Cultura designando não a ação de “cultivar”, mas em parte, da terra cultivada.

Qualquer tipo de produção humana, qualquer modalidade de uso, de costume seriam considerados como cultura, mesmo sendo injustos, nocivos e perniciosos para o homem.

O objeto da cultura identifica-se com o da antropologia. Estuda-se apenas o homem no seu modo de ser, de agir e de fazer, de um ângulo científico em que os factos são arrolados, constatados e compreendidos, mas não julgados.

Impõe-se, assim, como fundamental para a compreensão do fenômeno da cultura o aprofundamento da noção de valor. O mundo da cultura seria constituído pelos objetos quanto “deve ser”, ou seja, pelos valores instaurados pelo homem de modo a levá-lo à realização dos fins que lhe são próprios.

Segundo Vera Werneck (2003, p. 56), a partir da análise do próprio homem, que se esgotam na sua materialidade e na sua individualidade, inúmeras concepções de antropologia filosófica o consideram como pessoa, norteando toda a hierarquização dos valores por esse princípio.

Todo homem é, ao mesmo tempo, uma “pessoa” e uma “personalidade”. Enquanto “pessoa”, é um animal, portanto, um ser vivo, dotado de racionalidade, de liberdade psicológica e de sensibilidade/afetividade. Assim sendo, só se realiza pelo respeito e pelo desenvolvimento dessas características. O homem no seu “devir”, terá o dever de buscar a plenitude da sua vida biológica, da sua capacidade cognitiva, do seu livre-arbítrio e da sua afetividade. Não há escolha quanto a isso. Porque o sujeito é por natureza pessoa, deve buscar ser pessoa plenamente, conquistar a dignidade de pessoa humana e viver de acordo com ela.

3.2-Aspetos Históricos

Os Gregos compreendiam a cultura como a busca e a realização que o homem faz de si mesmo para atingir a verdadeira natureza humana fundamentada, especialmente, na filosofia que englobava todas as formas de investigação e com a vida social na comunidade.

A cultura é vista tanto por Platão como por Aristóteles como um ideal que cada um deve realizar em si mesmo, ou melhor, com uma transformação. É uma concepção que exclui da cultura as atividades consideradas infra-humanas, como a relação com o transcendente.

Em França, especialmente no período do Iluminismo, a cultura foi identificada com o conhecimento erudito, objetivo universal do homem. Afasta-se da ideia

comportamento aristocrático, confundindo-se com o ideal do enciclopedismo, ou melhor, do conhecimento geral de todos os domínios do saber.

Para Vera Werneck (2003, p.15), foi ainda a partir dessa época que se passou a entender como cultura o resultado da formação ou educação do ser humano manifestado em ações e instituições.

3.3-A Tecnocultura

O mundo se depara com uma nova fonte de produção cultural: os múltiplos meios de comunicação social ou seja, a chamada multimídia. A cultura proveniente dos meios eletrônicos de comunicação social, embora bastante recente, modifica-se com uma velocidade grande que se torna difícil detetar e avaliar suas características.

“Em algumas décadas, o progresso tecnológico nos introduziu na era da cibernética, ultrapassando, assim – afirma-se -, a própria televisão. Na realidade já passamos ou estamos passando para uma era “multimídia” na qual, como diz a própria palavra os meios de comunicação são múltiplos e a televisão deixa de ser a rainha desta multimídia” (G. Sartori, 2001, p. 20).

Assim como pode associar-se tecnocultura à produção dos bens culturais dos diferentes meios de comunicação, sendo possível chamar de mediatização a relação que ocorre entre eles e as instituições sociais. Talvez seja tecnocultura e não “indústria cultural” ou “cultura de massas” a designação mais apropriada, já que a sua produção não manifesta as características de uniformidade, regularidade e automaticidade da indústria e que, pela sua diversificação cada vez maior, apresente-se ela cada vez menos como “cultura de massas”.

“A noção de cultura de massa obteve um grande sucesso na década de sessenta. Este sucesso deveu-se, em parte, à sua imprecisão semântica e à associação paradoxal, do ponto de vista da tradução humana, dos termos ‘cultura’ e ‘massa’”(Sodré, 1999, p. 157).

Pode-se compreender essa denominação pelo facto de muitos autores focalizarem mais o consumo da cultura proveniente dos meios de comunicação do que as características de sua produção. Nesse sentido, a tecnocultura funcionaria mais como um instrumento de alienação do que de aprimoramento pessoal.

Segundo Vera Weneck (2003, p.82) reconhece-se na tecnocultura uma linguagem peculiar com características próprias que interfere na própria mensagem veiculada. É uma linguagem técnica, organizada eletronicamente, que transforma todos os acontecimentos, reduzindo a sua importância.

3.4 - Cibercultura

Segundo Lévy (1999) Cibercultura é o movimento que oferece novas formas de comunicação, o que chama a atenção de milhares de jovens do mundo. Ele acredita que o ciberespaço entrou para era comercial. O significa um aumento significativo no abismo que separa os bem-nascidos e os excluídos, colocando a concentração do poder nas mãos de uns poucos dominadores. Onde quem aprecia a cibercultura coloca-se imediatamente no lado do neoliberalismo e do capitalismo financeiro.

Lévy argumenta que a música e o cinema também são produtos indústrias, mas nem por isso aumentou o fosso existente entre ricos e pobres.

“A cibercultura dá forma a um novo tipo de universal: O universal sem totalidade. E repetindo trata-se ainda de um universal, acompanhado de todas as ressonâncias possíveis de serem encontradas[...]. Assim a, o ciberespaço não engrena uma cultura do universal porque de fato está em toda parte, e sim porque sua forma ou sua ideia implicam de direito o conjunto de seres humanos” (Lévy, 1999).

A cibercultura e a educação segundo Teixeira (2012 b) surge como implementos e mudanças no ensino tradicional, secularmente institucionalizado, reconfigurando a prática educacional de acordo com o novo cenário sócio-técnico atual, frente às emergências de novas formas de comunicação interativa, conteúdos informativos na rede. Fazer uso tanto dos antigos quanto novos recursos comunicativos é um imenso desafio, tendo em vista que a alfabetização mediática não está disponível a grande parte da população mundial.

Contudo, apesar dos evidentes benefícios para o processo de ensino-aprendizagem, Teixeira (2012) diz que devemos repensar a influência das TIC em nossa cultura. Mas também não podemos ficar alienados, já que a introdução das TIC, faz parte de uma evolução sociocultural, tornando necessário um estudo de informática prévio entre educando e educadores, como meio de melhorar competências e conhecimentos.

3.5 - Cultura Brasileira

Segundo a Enciclopédia Eletrônica Wikipédia, a cultura do Brasil é uma síntese da influência dos vários povos e etnias que formaram o povo brasileiro.

“A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil Emerge assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genericamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui realizariam plenamente.” (Ribeiro 1995).

O substrato básico da cultura brasileira formou-se durante os séculos de colonização, quando ocorreu a fusão primordial entre as culturas dos indígenas, dos europeus, especialmente os portugueses, e dos escravos trazidos da África subsaariana. A partir do século XIX, a imigração de europeus não portugueses e povos de outras culturas, como árabes e asiáticos, adicionou novos traços ao panorama cultural brasileiro.

Destacamos em seguida alguns dos aspetos que classificamos como mais importantes da cultura brasileira:

- Arquitetura e patrimônio histórico => O interesse oficial pela preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil começou com a instituição em 1934 da Inspetoria de movimentos Nacionais.
- Culinária => A culinária brasileira é fruto de uma mistura de ingredientes europeus, indígenas e africanos.

- Literatura => O primeiro documento considerado *literário* na história brasileira é a carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, em que o Brasil é descrito, em 1500.
- Ciência e tecnologia => Inventores famosos incluem Santos Dumont, inventor do avião, e Francisco João de Azevedo, inventor da máquina de escrever.
- Artes visuais => O Brasil tem uma grande herança no campo das artes visuais como pintura, escultura, talha dourada, estatuária.
- Música => A música no Brasil se formou, principalmente, a partir da fusão de elementos europeus e africanos, trazidos por colonizadores portugueses e escravos.
- Desportos => O futebol é o mais popular no Brasil. Mas as outras modalidades desportivas também têm encontrado muitos seguidores.
- Religião => O Brasil é um país religiosamente diverso, com tendência de tolerância e modalidade entre as religiões.
- Folclore => O folclore é uma das principais manifestações culturais brasileiras, podendo ser definido como conjunto de mitos e lendas criados por pessoas espalhadas por todo o Brasil e sendo passada de geração em geração até hoje.

CAPITULO IV - EDUCAÇÃO

4 - A Educação

O conceito de educação guarda em sua origem significados diversos, permitindo diferentes concepções para palavra educação revelando sentidos diferenciados.

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inaceitável, não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens.” (Arent, 1992, p. 247).

A palavra educação tem sua origem nos verbos latinos *educare*, (alimentar, criar), significando “algo que se dá a alguém”, com o sentido de “algo externo que se acrescenta ao indivíduo, procurando dar-lhe condições para o seu desenvolvimento”, o *educere*, com a ideia de “conduzir para fora, fazer sair, tirar de” que sugere a libertação de forças que estão latentes e dependem de estimulação para virem à tona.

Conforme a definição trazida pelo Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986), a educação é o “ processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”.

No seu sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos e costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte. A educação vai se formando através de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida. A educação engloba o nível de cortesia, delicadeza e civilidade demonstrada por um indivíduo e a sua capacidade de socialização.

De acordo com o filósofo teórico da área da pedagogia Hubert (1976), a educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem. Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade.

4.1 - Aspetos Históricos

A forma como se origina e evolui uma cultura define bem a evolução do processo educativo. Traços evidentes desse processo são encontrados sob forma de tradição cultural, dando conteúdo à escola de nossos dias. Destacam-se desde já os choques inevitáveis entre a tradição e as novas exigências educacionais da sociedade por que passou o sistema educacional brasileiro nas últimas décadas (Romanelli, 2003, p. 19).

Segundo Romanelli (2003, p. 20), podemos afirmar com Max Scheler que “cultura é humanização, aqui quanto se refere ao “processo que nos faz homens” quanto aos fatos que os bens culturais também se humanizam. A história do homem, assim como história da cultura, é o processo de transformação do mundo e simultaneamente do homem”.

Já no colonialismo, iniciado na Idade Média, as trocas culturais se fizeram das mais diversas formas, no que toca ao novo mundo, elas foram aniquiladoras das culturas indígenas.

Romanelli (2003, p. 23) diz que o desenvolvimento, numa realidade complexa, como é a brasileira, teoricamente não é um conceito fácil de se construir, já que se trata

de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desníveis, e pensar a educação num contexto como uma ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem de realidade social em que se está imerso.

Ainda segundo Romanelli (2003, p.23), na medida em que se transforma pelo desafio que aceita e que lhe vem do meio para o qual volta a sua ação, o homem se educa.

A forma como foi feita a colonização das terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição do solo da estratificação social, do controle do poder político, aliadas ao uso de modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira (Romanelli,2003, p. 23).

4.2- A Evolução do sistema Educacional Brasileiro

Para Romanelli (2003, p. 33), a economia colonial brasileira, fundada na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, teve implicações de ordem social e política bastante profundas. Ela favorece o aparecimento da unidade básica do sistema de produção, de vida social e do sistema de poder representado pela família patriarcal.

Foi a família patriarcal que favoreceu pela natural receptividade, a importação de formas de pensamento e ideias dominantes na cultura medieval europeia, feita através da obra dos Jesuítas, ao branco colonizador por sua origem europeia, das populações negras e mestiças aqui existentes. As condições objetivas que por tanto favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a colônia através da formação da mesma pelos padres da Companhia de Jesus.

A primeira condição consistia na predominância de uma maioria de donos de terra e senhores de engenho, uma massa de agregados e escravos.

A educação dada pelos Jesuítas, transformada em educação de classe, com características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar (Romanelli, 2003, p. 35).

“...já não era somente pela propriedade de terra e pelo números de escravos que se media a importância ou se avalia a situação social dos colonos: os graus de bacharel e os de mestre em artes (dada pelos colégios) passaram a exercer o papel de escada ou de ascensor na hierarquia social da Colônia, onde se constituiu uma pequena aristocracia de letrados, futuros teólogos, padres- mestres, juízes e magistrados” (Azevedo, 1953, p. 31).

Esta ampliação da oferta escolar sobreviveu mesmo à expulsão dos Jesuítas em 1759. A decadência econômica que entrou no Reino Português, principalmente com a queda da mineração e o atraso cultural que, entre outras coisas, teve no fanatismo religioso um de seus fatores, fez com que surgisse na Metrópole em descontentamento geral em relação aos Jesuítas.

Inúmeras foram as dificuldades daí decorrentes para o sistema educacional. Da expulsão até às primeiras providências para a substituição dos educadores do sistema jesuítico transcorreu um lapso de 13 anos. Com a expulsão, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino (Romanelli, 2003, p. 36).

A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para o outro e a graduação foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Pela primeira vez os encargos da educação foram introduzidos no ensino (Romanelli, 2003, p. 36).

No século XIX, o Brasil viu, porém, surgir uma estratificação social algo mais complexa do que a predominante no período colonial (Romanelli, 2003, p. 37). O mercado interno, criado e reforçado com a economia de mineração, foi um fator importante na ascensão dessa classe, intermediária, que Nelson Werneck Sodré prefere chamar de pequena burguesia pelas afinidades que teve com a mentalidade burguesa, também em plena ascensão na Europa. Essa classe desempenhou relevante papel na evolução da política no Brasil monárquico e nas transformações por que passou o regime no final do século. E se ela pôde fazê-lo, isso se deve sobretudo ao instrumento de que dispôs para afirmar-se como classe: a educação escolarizada (Romanelli, 2003, p. 37).

Assim, o período que se seguiu à independência política viu também a demanda escolar diversificar-se um pouco: a parte da população que então procurava a escola já não era apenas pertencente à oligarquia rural. A esta, aos poucos, se somava a pequena camada intermediária, que desde cedo, percebeu o valor da escola como instrumento de ascensão social. Mas se essa camada intermediária procurou a educação como meio de ascensão social, são suas relações com a classe dominante que vão proporcionar-nos uma compreensão maior da característica dominante no ensino brasileiro, na época e posteriormente (Romanelli, 2003, p. 37).

A independência política não modificou o quadro da situação de ensino, pelo menos de imediato. Considerada por João Cruz Costa como “simples transferência de

poderes de uma mesma classe, (a independência) entregaria a direção da nova ação aos proprietários de terras, de engenhos e aos letrados”. A importância assumida pela educação de letrados durante toda a monarquia estava diretamente ligada à necessidade de o país ter de preencher o quadro geral da administração e da política. A escola representada sobretudo pelas novas Faculdades de Direito, criadas na década de 1820 – uma em São Paulo e outra em Recife, ambas em 1827 – passou a desempenhar o papel de fornecedora do pessoal qualificado para essas funções (Romanelli,2003, p.39).

4.3 - O desenvolvimento brasileiro e a modernização da Educação

Até aos anos 20 do século XX, a educação comportou-se como um instrumento de mobilidade social, no sentido amplo do termo. Os estratos que manipulavam o poder político e econômico utilizavam-na como distintivo de classe, e as camadas médias urbanas procuravam-na como a principal via de ascensão, prestígio e integração no universo dos estratos dominantes. Foi nessa sociedade que se originou e cristalizou o padrão de ensino superior brasileiro. Nele, não havia uma função “educadora” para os níveis primário e médio, razão pela qual estes não mereceram atenção do Estado, senão formalmente, e a escola média jamais conseguiu organizar-se, como tal, a não ser através de honrosas exceções partidas da iniciativa privada (Romanelli,2003, p.45).

Com a mudança do período tradicional de culturas agrícolas familiares nas áreas rural, para o período urbano industrial, em que se redefiniram as estruturas de poder e se orienta o modelo econômico, no sentido da industrialização, o que, evidentemente, resulta em redefinição do processo de dependência, a centralização do poder político, necessária a essa redefinição geral, ao procurar eliminar ou, pelo menos suavizar os efeitos da descentralização, acentuados com o federalismo, cria o sistema nacional de

educação, até então praticamente inexistente, através da Reforma Francisco Campos, em princípio, e, depois, através das Leis Orgânicas do Estado Novo, que a ampliou e consolidou.

O antigo padrão de ensino superior é então organizado em conglomerados, o que se convencionou chamar de Universidades. A urbanização crescente, que a reorientação do modelo econômico favoreceu, fez crescer a demanda social da educação, como procurou demonstrar, e o ensino, que antes era apenas aristocrático, passou a seletivo, já que a estrutura interna do sistema educacional pouco mudou e os antigos padrões de escola mantiveram-se agora transferidos para os níveis primário e médio(Romanelli, 2003, p.47).

4.4 - Teoria Social na Educação

Começou a destacar-se, em 1940, com Paulo Freire no Estado de Recife na região do Nordeste do Brasil, e interessa-se, pelas teorias da comunicação. Trabalhando com lavradores e pescadores, verifica muito depressa o impacto das diferenças sociais na aprendizagem da língua e combate o problema crucial do analfabetismo nos adultos. Depois desenvolve métodos de formação para pais e docentes que levam as pessoas a refletir acerca da sua condição social e cultural.

Segundo Bertrand(2001), Freire é, antes de mais nada, um prático da educação que elaborou, a partir dos seus primeiros quinze anos de experiência de docente, a noção da Pedagogia de Conscientização. Também avançou com uma concepção crítica da cultura. As suas reflexões sobre o assunto merecem que nos detenhamos nelas, pois anunciavam um debate que, hoje em dia, é muito importante no mundo da educação: conflito das culturas face aos problemas de todas as espécies que é preciso resolver para

poder esperar uma vida melhor no planeta e, simultaneamente, a necessidade de formar pessoas para uma cultura crítica.

Ao fazer um estudo da sociedade brasileira da época, qualificou-a de sociedade fechada em que o povo estava alienado, reduzido ao silêncio, incapaz de tomar decisões, uma sociedade em que o homem está domesticado e já não tem sentido crítico. Ajudar o povo a assumir uma evolução no sentido da Democracia é o problema que Freire (1967) quer resolver quando escreve: “*Precisamos de uma educação que nos torne capazes de decisão, de responsabilidade social e política*”. O livro *a Educação como Prática da Liberdade* tem como assunto o papel da educação na democratização.

Freire propõe, como solução para este problema, uma educação enquanto prática democrática da liberdade e que assenta na utilização de um método ativo, fundamentado no diálogo, na crítica e na formação do julgamento.

Deste modo, o professor compromete-se a construir o conhecimento com o estudante num diálogo permanente. Ele não pode transferir o conhecimento a partir de uma posição dominante na sua relação com o estudante. A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que seria uma prática da dominação.

A Educação dialógica parte das experiências de vida dos estudantes, pouco importando o nível de estudos. É uma pedagogia “situada” no concreto, no senso comum e na vida quotidiana dos estudantes (Freire e Shor, 1987).

Isso também significa estabelecer laços entre o conhecimento científico, desligando das realidades, e o conhecimento do senso comum.

Freire (1985) propõe a alfabetização social, o que é diferente da alfabetização no sentido corrente do termo. “Alfabetizar” quer dizer consciencializar as pessoas para a sua cultura e para a necessidade de todos participarmos na construção coletiva e democrática da cultura e da história.

4.5- A Educação e a Comunicação

Os indivíduos ativos durante o processo comunicativo caracterizam um diálogo entre os envolvidos no processo, sendo necessário que os indivíduos estejam dentro do mesmo signo linguístico para que a relação comunicativa ocorra de forma eficiente. A mensagem comunicada só será compreendida se os participantes deste processo conseguirem assimilar o que o recetor passar.

Na educação, acontece da mesma maneira, pois ocorre um diálogo, onde os indivíduos interlocutores visam compreender um mesmo assunto. Sendo assim, a educação deve ser compreendida como uma construção de ideias e pensamentos, onde os envolvidos poderão se expressar, onde o educador deverá se preocupar em prestar atenção e escutar as opiniões surgidas dos estudantes, pois a educação não é uma simples transferência de saberes, conhecimentos, mais sim uma forma de intervir, de ampliar o conhecimento do mundo.

“A tarefa do educador é problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, como se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado. Neste ato de problematizar os educandos, ele se encontra igualmente problematizado.” (Freire, 1985, p. 81).

Para que ocorra uma boa comunicação entre o educando e o educador durante a aprendizagem é necessário que seja feita uma problematização dos factos ocorridos de forma crítica para que juntos, educador e educando, possam modificar a realidade em que se encontram inseridos.

“Não existe, tampouco, diálogo sem esperança. A esperança está na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca. Uma tal busca, como já

vimos, não se faz no isolamento, mas na comunicação entre os homens” (Freire, 2005, p. 94-95).

Durante as discussões propostas em salas de aula pelos educadores, para os educandos, torna-se uma maneira de expressarem e de aprendizagem de convivências alheias, de questionamentos acerca do mundo e das mudanças e ações ocorridas ao seu redor. Sendo assim, o educador tem o papel de intervir nas discussões propostas sugerindo itens relevantes aos educandos, principalmente os que estiverem interligados aos seus quotidianos, pois serão melhor aproveitados e assimilados por eles, tornando-os atrativos, facilitando a aprendizagem.

Tornando o processo de aprendizagem mais prazeroso, utilizando as diversas formas de comunicação e expressão disponíveis, os educandos se tornam mais ativos e inserem em sua realidade as experiências aprendidas no processo educacional.

“Educar-se é envolver-se em um processo de múltiplos fluxos comunicativos. O sistema será tanto mais educativo quanto mais rica for a trama de interações comunicativas que saiba abrir e por à disposição dos educandos. Uma comunicação educativa concebida a partir dessa matriz pedagógica teria como uma de suas funções capitais a provisão de estratégias, meios e métodos destinados a promover o desenvolvimento da competência comunicativa dos sujeitos educandos” (Kaplún, 1999, p. 74).

A educação não é responsabilidade apenas da escola, mas principalmente da família, da comunidade, de igrejas religiosas, dos movimentos sociais, das relações de amizade que cercam as crianças e adolescentes, e dos meios de comunicação que fazem parte do cotidiano da sociedade. Sendo assim, podemos dizer que a mídia não é apenas para diversão e entretenimento, ela também manifesta a cultura local e nacional,

trazendo informações educativas e contextualizadas direcionadas para a formação das pessoas quanto cidadãos pensantes na sociedade.

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB, Art. 2º, 1996).

Quanto maior for a ligação entre os termos, educação e comunicação, mais fácil será a compreensão entre a relação dos mesmos. Segundo Freire (1982) a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas também se torna um encontro de sujeitos interlocutores em busca de significados.

O ato de comunicação expressado não se restringe, portanto, aos suportes ou aos processos intencionais de uso das mídias pelas escolas ou pela indústria cultural. Assim, *“O ato de comunicação em educação é um movimento entre pessoas que possuem em comum a vontade de ensinar e aprender, numa ação dialógica” (Soares, 2011, p.12).*

Desta forma, os sentidos culturais decorrentes das sociedades contemporâneas se organizam a partir das mídias, exercendo papel de mediadoras entre sujeito e cultura, modificando as interações coletivas, onde acaba implicando na necessidade das mediações culturais.

Girardello (2002) destaca que é necessário capacitar crianças e professores para a apreciação e recepção ativa, pois se as crianças não têm uma mediação adulta sistemática que as auxilie na construção de uma atitude mais crítica em relação ao que assistem, a precariedade da reflexão sobre linguagem impede que a compreensão dessas crianças seja mais rica.

A respeito deste facto, no campo de educação-comunicação tem ocorrido mediações escolares com configurações no campo teórico-prático, pensando na interface entre a educação e a comunicação, e dentro deste campo de atuação surge a Mídia-Educação (ME).

A educação para as mídias tem como objetivo a formação de um usuário ativo, crítico e criativo em todas as tecnologias de informação, como enfatiza Belloni (2001). Segundo a autora, educação para as mídias seria uma condição onde a “educação para a cidadania, sendo um instrumento fundamental para a democratização de oportunidades educacionais e do acesso ao saber e, portanto, de redução das desigualdades sociais”.

Determinando sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no contexto da Mídia-Educação, Belloni sugere duas dimensões indissociáveis, a ferramenta pedagógica, e o objeto de estudo complexo e multifacetado. A autora estabelece Mídia-Educativa e comunicação educacional como duas novas disciplinas, áreas de estudo que ainda se delineiam vagamente.

Soares (2002) crê que uma nova produção simbólica e uma nova prática comunicativa estão sendo geradas a partir da perspectiva da Educomunicação: “O Campo da Educomunicação é compreendido, portanto, como um conjunto de ações que permitem que educadores e estudantes desenvolvam um novo gerenciamento, aberto e rico, dos processos comunicativos dentro do espaço educacional e de seu relacionamento com a sociedade. (...) incluiria não apenas relacionamentos de grupos (a área da comunicação interpessoal), mas também atividades ligadas ao uso de recursos de informação no ensino-aprendizagem (área das tecnologias educacionais), bem como o contato com os meios de comunicação de massa (área da educação para os meios de comunicação) e seu uso e manejo (área de produção comunicativa)”.

Freire e Shor (1987) insurgem-se contra as pedagogias do *laissez-faire*, que só falam na liberdade da pessoa. Educar significa dar uma direção ao estudante. Neste caso, trata-se de formá-lo para ser um agente social que tem como função libertar-se e libertar os outros da dominação das classes dominantes. Freire pensa que a liberdade é fundamentalmente social. Não se pode limitar à consciência individual.

4.6 - A Educomunicação

Estudos sobre esta prática ocorrem há muito tempo, apesar do novo nome, durante os anos 60 do século XX, Paulo Freire já mencionava a importância da relação entre a comunicação e a educação, sendo para ele, impossível ocorrer uma educação de qualidade sem um bom diálogo com a comunicação.

A pedagogia explica a educomunicação como sendo o diálogo entre os sujeitos, onde a partir dos debates criados e utilizados é possível construir um conhecimento onde se formarão cidadãos autônomos e argumentativos. Para que isso possa ocorrer é preciso relacionar as formas de comunicação na educação. Segundo o professor Ismar Soares, educomunicação “*Expressão usada para identificar ações de cunho pedagógico que têm como objetivo oferecer ferramentas para a decodificação e avaliação da mídia. (...) É processo de análise e/ou de produção de materiais de comunicação como instrumentos de ensino e formação de cidadãos*” (Soares, 2004, p.257).

Segundo este autor, na educomunicação podemos observar duas vertentes: a primeira vertente é a da leitura crítica dos meios, que se daria pela desconstrução do material midiático apresentado, sobre um estudo de linguagem, conteúdo, edição, fontes de informações e outros recursos que estão interligados com a produção do que é

transmitido nos meios de comunicação; a segunda vertente é a apropriação dos meios, onde é desenvolvida a educação crítica da mídia por meio da produção dos conteúdos.

Na relação educação versus comunicação é necessário um empenho pela valorização da importância de estudantes e professores como agentes participativos e ativos da sociedade, realizando atividades práticas de ações de intervenções sociais.

“Educomunicação é essencialmente práxis social, originando um paradigma orientador da gestão de ações em sociedade. Não pode ser reduzida a um capítulo da didática, confundida com mera aplicação das TIC’s” (Soares, 2011, p. 13).

O ato de reproduzir materiais midiáticos, por meio de apropriação dos meios faz parte da educomunicação, podendo ocorrer por meio de jornais, internet, programas de rádio, vídeos e outros, tendo como foco a decodificação e a avaliação crítica da produção de mídia. Os diferentes grupos que atuam neste contexto têm sofrido mudanças significativas, já que a apropriação leva à democratização da comunicação, e os participantes deste processo confeccionam seus próprios meios de comunicação, assim como o conhecimento das mídias utilizadas por eles para este fim, o processo de aprendizagem de produção e elaboração das mensagens pelos meios de comunicação, proporcionando um melhor conhecimento do processo de edição dos materiais de divulgação das informações (Soares, 2004).

Apenas a apropriação dos meios não é o suficiente para que este trabalho possa ocorrer, para que tenha um caráter pedagógico onde os sujeitos tenham um olhar crítico do que é transmitido pelos meios de comunicação, pois se não ocorrer, a produção feita será apenas uma reprodução do que os participantes estão acostumados a vivenciar em seu cotidiano enquanto meros espectadores.

“Tanto quanto a educação, a investigação que a ela serve, tem de ser uma operação simpática, no sentido etimológico da expressão. Isto é, tem de constituir-se na comunicação, no sentir comum uma realidade que não pode ser vista mecanicista mente compartimentada, simplistamente bem “comportada”, mas, na complexidade de seu permanente via a ser” (Freire, 2005, p.117).

Ao se inserir um meio de comunicação no processo de educação, percebe-se que ocorre uma mudança, onde os participantes, professores e alunos, interagem de maneira produtiva e satisfatória, permitindo uma interação e um diálogo entre ambos. Quando um professor utiliza um recurso como um meio de comunicação para enriquecer sua aula certamente seu aluno irá lembrar-se desta aula, pois a comunicação entre eles foi estabelecida de uma maneira agradável e prazerosa, gerando melhor aprendizagem.

As discussões que visam determinar as bases conceituais para delimitar este novo campo teórico e prático com desdobramentos na cultura e na educação esteja longe de um consenso. Estas reflexões referem-se às próprias noções de campo, entendidas como “estrutura de relações objetivas que explica as formas concretas de interações sociais” (Bordieu, 1989, p.66).

CAPITULO V – MÍDIA E EDUCAÇÃO

5 - A Mídia Educativa.

A mídia educativa é pensada com sentido de fazer educação com as mídias, se configurando a partir de uma visão instrumentalista das mídias em um âmbito da metodologia didática. Sob esta perspectiva, ela é considerada como sendo um recurso facilitador na educação, reinventando a didática.

A mídia-educação, ou educação para as mídias, se relaciona com o objeto a ser estudado e que tem importância na educação e na comunicação. Segundo Belloni (2001), “*mídia-educação*”(ou educação para as mídias) diz respeito à dimensão “objeto de estudo” e tem importância crescente no mundo da educação e da comunicação. Corresponde a *media education*, em inglês; *educationsaux médias*, em francês; *educaciónenlos medios*, em espanhol, *educação e media* em português; e *comunicação educacional* que se refere mais à dimensão “ferramenta pedagógica” e vai se desenvolvendo como uma nova “disciplina” ou campo que vem substituir e ampliar a “tecnologia educacional”.

Ao se discutir estes contextos, remete-se para a questão dos objetivos da mídia educativa, que quando Masterman(1997, p. 103) situa os objetivos gerais da mídia educativa “articular os interesses públicos e estender valores democráticos nas mídias europeias” o façam comparando-se apenas ao contexto europeu. Este autor estabeleceu diferentes estratégias e prioridades que devem ser ampliadas em outros contextos.

Contudo, utilizar o que se aprendeu com a experiência ou vivência pode auxiliar no percurso, redimensionando momentos e reavaliando prioridades, o maior desafio

encontra-se em realizar o aprendizado sem desfocar da especificidade das demandas presentes nos diversos contextos.

É possível pensar em um redimensionamento das estratégias que configuram os objetivos que Masterman (1997) aponta e que podem ser sintetizados desta maneira: a defesa e a transformação dos sistemas públicos de informação, com acesso livre e universal às informações, resultando na prioridade que a mídia educativa deve dar às questões de interesse público; a colaboração, e o aumento de profissionais das mídias, educadores e profissionais empenhados com a produção, circulação, distribuição e legitimação de ideias.

Deve continuar-se a desenvolver a construção de redes nacionais e internacionais de mídia educativa, visando minimizar a necessidade e capacidade dos educadores se organizarem e participarem do debate público defendendo suas posições em diversos níveis: escolar, local, nacional e internacional, podendo aparelhar-se para a atualidade tendo como compromisso a transformação contínua.

“ Considero que a nova mídia-educação atente para pelo menos dois pontos: o primeiro é a convergência da Educação para cidadania. No ponto do contexto social, a mídia-educação torna-se um fator importante de cidadania ativa: é muito difícil em nossa sociedade sermos cidadãos ativos sem valermos da mídia-educação. Então a tarefa da educação da cidadania vão se compondo. O outro ponto a ser considerado refere-se a uma integração da mídia-educação nas “outras educações”.”(Rivoltella 2013, p.18)

Sendo um campo interdisciplinar, os espaços de atuação da mídia educativa podem ir parar fora dos muros da escola e dos espaços institucionais.

5.1 - Aspetos Históricos

Segundo Belloni (2012, p.29) a expressão “ educação para as mídias ou mídia-educação” (media educationa em inglês) começa a aparecer em organismos internacionais, na organização das Nações Unidas para Educação e a Cultura (UNESCO), em 1960.

Na concepção ideológica que teve seu grande sucesso nos anos 60 do século XX certifica-se a partir da descoberta do cinema pela mídia educativa, que o acreditava como sendo uma maneira digna de atenção da escola, distinguindo o cinema de autores, do cinema comercial e utilizava o método da análise crítica possível graças ao movimento e aos estudos da semiótica.

Com a concepção de leitura crítica-propaganda nos anos 70 do século XX, no fluxo das pesquisas da semiótica, foi utilizado o instrumento de análise narrativa, simbólica, dos códigos, de programação, de gênero, configurando um dos principais métodos usados pela mídia educativa.

Segundo Setton (2011, p.13), no Brasil, desde os anos de 1970, a sociedade vem convivendo com a realidade da cultura das mídias de maneira intensa. Pouco letrada e urbanizada, em algumas décadas, a população brasileira viu-se imersa em uma terceira cultura – a cultura da comunicação de massa- que se alimenta e sobrevive à custa dos valores de outras culturas como as de caráter nacional, religioso e escolar.

A concepção das ciências sociais por volta dos anos 80 do século XX ,começou a reflexão sobre os estudos sociais, integrando o texto ao contexto produtivo, seus valores e a ideologia, focando a atenção no papel do leitor. Para isto, foram utilizados instrumentos e métodos de pesquisas sobre recepção dos estudos culturais, análise dos

hábitos de consumo e suas modalidades de interpretação para reconstrução da cultura de pertencimento.

Logo, com os métodos utilizados durante o percurso histórico da mídia educativa, se interligam duas épocas na primeira delas uma análise de texto e durante os anos 80 do século XX a análise do consumo.

Ao final da década de 1990, dez anos após a promulgação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve grandes avanços na Conferência Internacional “Educação para as Mídias e para Era Digital” (Unesco Viena, 1999), a mídia-educação aparece claramente como direito da criança e do adolescente, o que significa um novo marco internacional na trajetória da mídia educação:

“Pela primeira vez, são ressaltados como princípios norteadores a consideração das crianças e adolescentes como parceiros efetivos (e não mais apenas como objetos/destinatários das ações) na discussão e definição de propostas, buscando assim pôr em prática o “Espírito de Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente”.” (Belloni 2012, p.40)

Atualmente o Ministério da Educação no Brasil (MEC) tem um programa de mídias na Educação, com uma estrutura modular, que visa proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação, abrangentes desde a educação Infantil até as formações superiores.

5.2 - A Mídia Educativa e a Transdisciplinaridade

Cada ciência para poder se constituir enquanto tal deve possuir um objeto de interesse específico nascido de matrizes teóricas precisas, colocando-se em relação a outras ciências, sendo necessário discriminar uma história e possuir uma metodologia. A mídia educativa como campo, como disciplina e como prática social possui alguns destes elementos, podendo se constituir enquanto tal.

A mídia educativa acaba por ocupar-se de muitas questões que estabelecem seus objetivos, sendo eles, segundo Rivoltella (2002, p. 99-107): a comunicação e a formação; os pontos de vistas instrumentais e temáticos que caracterizam as mídias para formação e a formação para as mídias; a atenção às dimensões expressivas e críticas para escrever/ler com e sobre as mídias; os níveis operativos práticos e teóricos para ensinar as mídias e refletir sobre elas de forma contextualizada; a meta-reflexão sobre os processos envolvidos e atividades de capacitação; os âmbitos da intervenção escolar para a educação formal, informal e extraescolar (museu, biblioteca, ludoteca), para animação sociocultural, para ONGS, empresas sem fins lucrativos e/ou instituições assistenciais, e para empresas comerciais e formação profissional para atuar nas indústrias da comunicação.

Na escola, a mídia educativa varia de acordo com as mídias e tecnologias. Alguns estudiosos acreditam nas mídias como porta-voz de uma sub cultura de entretenimento contrária à lógica própria de ambientes formativos. Já outros, os entusiastas das mídias e tecnologias, sustentam a necessidade de transformação do modo de aprendizagem na escola.

“A educação envolve os cidadãos, mas também as organizações e o Estado e depende intimamente de políticas públicas e institucionais coerentes, sérias e inovadoras”(Moran, 2011, p. 11).

Frente a um cenário operativo que busca soluções para os problemas da mídia educativa que variam de acordo com a consciência cultural atual e da promoção de diversos contextos que projetam uma maneira diferente de modificar a sociedade, a escola, e a formação, onde as mídias passariam a ser consideradas como uma questão relevante nas interações, saberes e culturas propiciadas.

Segundo Moran (2011), é possível apontar o desenvolvimento da mídia educativa em diferentes locais onde ocorreram como: no Ministério da Educação onde a inclusão das mídias entre os saberes essenciais no currículo; na autonomia escolar que previu uma reorganização curricular e introduziu a mídia educativa em sua cota local ou na criação de espaço didático transversal das mídias com núcleos temáticos que co- envolvem transversalmente diversos saberes e suas especificidades e competências metodológicas.

5.3 - A Relação entre a Mídia e o Educador

O perfil profissional de mídia educador precisa focar os horizontes de seu trabalho e suas competências a serem desenvolvidas, onde precisa estar de acordo com as identidades plurais necessárias para desenvolver a mídia educativa que se configura por suas características estruturais a partir da: transversalidade valendo-se da contribuição multidisciplinar dos saberes das ciências da educação e da comunicação; constituindo, como um *objeto-fronteira*, e disciplina de interface; da amplitude da

atuação, pois não se limita à educação escolar, influenciando em diferentes instâncias formativas extra escolares, instituições ou associações sem fins lucrativos e instituições comerciais; da flexibilidade porque supera a dicotomia educar para ou com as mídias; e integração de saberes, envolvendo contribuições metodológicas de áreas diferentes, conforme as necessidades da sua identidade plural, que é instrumental e temática, teórica e operativa (Rivoltella, 2010).

Ao levar em consideração que é preciso uma formação e intervenção educativa formativa deste profissional, precisamos pensar em outras maneiras de capacitá-los oferecendo: cursos de capacitação para educadores visando objetivar as mídias e as novas tecnologias; cursos de graduação e de pós-graduação nas áreas de comunicação e educação; acompanhamento de experiências de movimento e animação cultural e do tipo curricular de acordo com os aspectos da comunicação de massa e outros, onde para que isto ocorra é necessário um plano político e organizativo que envolva a universidade, a escola e o mundo da formação deste profissional.

Estas reflexões conduzem a algumas questões que devem ser respondidas como, por exemplo: Quem seria este profissional, de mídia educação? Qual o seu perfil? É possível pensar numa identidade profissional com reconhecimento social?

Rivoltella nos responde a tais questões argumentando que, além de ser um professor com competências sobre as mídias ou um especialista mídias, a identidade profissional do mídia educador implica superar a dicotomia professor-perito.

Sob essa perspectiva, cada educador precisa buscar conhecimento além de seus saberes e suas competências profissionais próprias da sua disciplina, inclusive aquelas que selecionam as mídias que deverão ser incorporados ao seu fazer educacional. Desta busca resulta que a mídia educativa precisa ser um patrimônio único para cada

educador. Esta ideia inspirou a visão de Soares, que entende o Educomunicador como um especialista com “intenção educativa no uso dos processos, recurso e tecnologia da informação, com base em uma perspectiva de gerenciamento participativo e democrático da comunicação” (Soares, 2002, p.265).

Isso acarretaria não só o desenvolvimento e uso da tecnologia para facilitar as práticas educativas, mas também a capacidade de lidar com ela e a preparação de uma recepção organizada, ativa e crítica das mensagens dos meios utilizados.

Logo, sob a perspectiva transversal da mídia educativa, seria possível dizer que o perfil do Educomunicador proposto por Jacquinet (1998), na perspectiva da mídia educativa como disciplina escolar específica ou na coordenação de uma equipe multidisciplinar transversal, o perfil seria o do mídia educador.

Se “não existe uma, mas muitas mídia educativa” (Rivoltella, 2002, p.138) seria possível dizer que não existe um perfil do mídia educador, mas muitos perfis para a figura mídia educador. Pois, sendo o campo de definição da mídia educativa complexo com uma identidade plural, isso evidencia diversos perfis do mídia educador com identidades profissionais também plurais: professor especialista, mídia, professor transdisciplinar, educador, formador, Educomunicador, mídia educador.

Mesmo além desses perfis e das caracterizações apresentadas do Educomunicador, percebemos que este será o futuro perfil de todos os professores e educadores. Rivoltella (2005) aponta uma nova possibilidade para o mídia educador: a da educação e pesquisa. Se na dimensão da mídia educativa como prática social, o foco na educação ativa, política e militante pode implicar riscos da prioridade, sem a devida reflexão, por outro lado, o risco também existe quando se fica só na pesquisa, na reflexão científica e na experimentação sem a prática social mais ampla.

Sendo assim, o perfil do educador seria o mesmo do educador pesquisador, fazendo da sua atividade de pesquisa uma ação e opção de intervenção e da mesma, uma conveniência de reflexão. Com esta perspectiva, o educador recobra a dimensão da pesquisa do educador, visto que a reflexão se dá a partir de uma dimensão inalienável da prática.

CAPITULO VI – SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

6 - A Sociedade e a Tecnologia

Na última década do século XX surge uma maneira de viver, com o efeito da globalização dos países e com o avanço tecnológico, provocando mudanças na maneira de pensar e na facilidade e rapidez da comunicação entre os homens, modificando sob vários aspectos sua maneira de viver. Para Lévy (2010, p.7) “A escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturados por uma informática cada vez mais avançada.” Surge a sociedade da informação e do conhecimento onde o sujeito pós-moderno com as características da contemporaneidade do mundo em que vivemos.

A revolução da tecnologia pela qual a sociedade passa, está refletida no seu modo de agir, trabalhar, nas relações e presente no dia-a-dia do homem.

“Ao conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade nós chamamos de “tecnologia”. Para construir qualquer equipamento, seja uma caneta esferográfica ou um computador, os homens precisam pesquisar, planejar e criar tecnologias” (Kenski, 2010, p.18).

Segundo Kenski (2010, p.18), não é um privilégio da sociedade moderna usufruir de instrumentos e utensílios tecnológicos. Há muito tempo que a tecnologia está presente em nossas vidas. Muitas vezes, as tecnologias estão tão próximas e tão constantes em nosso *quotidiano que as enxergamos como naturais*.

6.1- Aspetos Históricos

Começou na Idade da Pedra, ao desenvolver seus utensílios de pedra para facilitar suas atividades domésticas ou de trabalho, e essa busca continua até aos tempos atuais, com o desenvolvimento dos diferentes tipos de tecnologias facilitando e agilizando o dia-a-dia dos homens. Atualmente, as mídias, televisão, rádios, discos laser, computadores, formam um importante grupo de tecnologias usadas pela maioria dos homens. Elas determinam diferentes aspetos da vida social, econômica, política e cultural.

O vocábulo “tecnologia” possui origem grega e é formado por *tekne*, que significa “arte, técnica ou ofício” e por *logos*, cujo significado é “conjunto de saberes”.

Para Tofler (1993), a primeira transformação que a sociedade viveu foi a revolução agrícola que ocorreu por volta de 8.000 a.C.. Neste período, o homem abandonou sua vida nômade para se estabelecer em uma sociedade agrícola. Ele descobriu as primeiras formas de cultivo ao perceber a possibilidade de germinação das sementes e raízes deixadas no solo, marcando uma evolução significativa para a humanidade.

Mais tarde na Inglaterra, no século XVIII, aconteceu o movimento da renovação da agricultura, que teve como resultado uma considerável transformação na propriedade rural, inaugurando uma nova forma de fazer agricultura, assim como novas técnicas e processos de produção.

Iniciada na Inglaterra, a revolução industrial expandiu-se para o mundo a partir do século XIX. Nesse período, a atividade produtiva artesanal e manual foi substituída pelas máquinas, constituindo um conjunto de mudanças tecnológicas com grande impacto econômico e social.

“A história da humanidade é uma série de situações estáveis, pontuada em intervalos raros por eventos importantes que ocorreram com grande rapidez e ajudam a estabelecer a próxima era estável.” (Gould, 1980, p. 226, apud Castells, 2005, p. 67).

A revolução tecnológica é considerada pela sociedade moderna como uma terceira revolução ocorrida na humanidade. Esse momento está marcado pela apropriação e aplicação do conhecimento, que passou a ser o principal meio de produção de riqueza, como nos afirma Castells (2011, p.69). Segundo este autor, as novas tecnologias não constituem somente ferramentas a serem aplicadas, mas de processos que são desenvolvidos pelos homens em constante aprimoramento e descoberta de novas aplicações “Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo.”

6.2 - A expressão sociedade da informação

A sociedade da informação constitui o principal traço característico do desenvolvimento humano que presenciamos com a chegada do século XXI, seja em âmbito local ou quando pensamos globalmente. É importante também pelas transformações sociais, ocasionando relevantes implicações, que envolve desde os aspectos socioculturais e éticos aos econômicos e políticos associados a uma participação ativa na vida de cada cidadão.

Segundo Werthein (2000, p. 71), a expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada, no final do século XX, em substituição do complexo conceito de “sociedade pós-industrial” e como forma de transmitir a característica peculiar da nova realidade técnico econômica vivenciada naquele momento. As ciências sociais procuraram expressar as transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como foco principal “não mais os insumos de energia – como na sociedade

industrial – mas os insumos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações”.

6.3 - As características da sociedade da informação

Segundo Castells (2011, p. 108-109), os aspectos centrais do paradigma da tecnologia da informação que guiam os caminhos da transformação social, que no conjunto representam a base material da sociedade da informação, assentam nas características seguintes:

- A primeira característica apresenta a própria informação como matéria-prima do processo, “são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia”.
- A segunda característica diz respeito à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias; onde a informação passou a fazer parte integral das atividades desenvolvidas pelos homens, seja de maneira individual ou coletiva.
- A terceira característica refere-se à lógica de redes, cuja configuração topológica pode ser implementada a todos os tipos de processos e organizações, favorecendo a interação nas relações humanas.
- A quarta característica gerou a sociedade baseada na flexibilidade, observa-se a presença de processos reversíveis, organizações e instituições que se modificam e se adaptam às situações que surgem e organizam-se “A capacidade de reconfiguração é uma característica inerente à sociedade da informação, que se apresenta como um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional”.
- A quinta característica dessa sociedade tecnológica é a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado. O

desenvolvimento tecnológico, de diferentes áreas do saber, apresenta-se integrado, transformando-se em uma única categoria “crescente na integração de empresas em alianças estratégicas e projetos de cooperação”.

As mudanças que acontecem com a sociedade da informação são de tal magnitude que implicam mudanças também no contexto educacional. As transformações que interferem em tudo e em todos, influenciam na forma de agir de gestores professores, alunos e comunidade escolar, levam a repensar metodologias, no espaço e no tempo escolar. O uso da tecnologia na educação também faz parte do campo de reflexões sobre as práticas educacionais vigentes e configura um desafio para o ato de ensinar e aprender na sociedade moderna.

CAPITULO VII – SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

7 - Sociedade da Informação no Brasil

Segundo Takahashi (2000, p. 45), a educação é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado. Parte considerável do desnível entre indivíduos, organizações, regiões e países deve-se à desigualdade de oportunidades relativas ao desenvolvimento da capacidade de aprender e concretizar inovações.

Por outro lado educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em uso simples e rotineiro, seja em aplicações mais sofisticadas.

Trata-se também de formar os indivíduos para “aprender a aprender”, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica.

“A Sociedade da Informação está sendo gestada em diversos países. No Brasil Governo e sociedade deve andar juntos para assegurar a perspectiva de que seus benefícios alcancem a todos os brasileiros. O advento da Sociedade da Informação é o fundamento de novas formas de organização e de produção em escala mundial, redefinindo a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial. Tem também, como consequência o surgimento de novas demandas dirigidas ao Poder Público no que respeita ao seu próprio funcionamento.”(Sardenberg, 2000, P.1)

Segundo Kenski (2010) cidadania significa o conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão, o indivíduo, está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive. O termo cidadania vem do latim, *Civita* que quer dizer “cidade”.

Este conceito de cidadania está arraigado à noção de direito, principalmente no que se refere aos direitos políticos, sem os quais o indivíduo não poderá intervir nos negócios do Estado, onde permite participar direta ou indiretamente do governo e na consequente administração, através do voto direto para eleger ou para concorrer, a um cargo público da maneira indireta. A cidadania pressupõe direitos e deveres e a serem cumpridos pelo cidadão que serão responsáveis pela sua vivência em sociedade.

Os educadores que difundem a perspectiva hermenêutica admitem a formação da cidadania como possibilidade de educar os alunos para participar ativamente da criação de uma sociedade melhor, mais igualitária, na qual haja comunicação.

Segundo Ferreira(1993, p.221) a educação para a cidadania precisaria empenhar-se em expurgar de cada indivíduo as crenças, as fantasias, as ilusões e, quem sabe, as paixões, que em nada contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Sob esse enfoque, a ingenuidade, para não dizer a ignorância, é profundamente negativa, já que a pessoa ingênua é facilmente enganada pelos detentores do poder.

A escola é vista como um espaço político onde se deve ministrar um conjunto de disciplinas de maneira a que o jovem adquira o saber necessário para não se deixar enganar. O conhecimento intelectual aparece como suporte para a formação da cidadania, o instrumento básico para o salto qualitativo entre a consciência ingênua e a consciência crítica. Para se falar de cidadania, o próprio professor precisa romper com sua leitura superficial da sociedade, mergulhando em um oceano de sabedores: sociologia, história, psicologia, economia, ciência política e até mesmo linguística. Esse conjunto é que vai dotá-lo de competência técnica suficiente para orientar seus alunos, ensiná-los a analisar a estrutura social, os momentos conjunturais de seu país.

7.1 - Aspetos históricos

“Assistir à televisão, falar ao telefone, e movimentar a conta no terminal bancário, e pela internet, verificar multas de trânsito, comprar disco, trocar mensagens com outro lado do planeta, pesquisar e estudar são hoje atividades cotidianas, no mundo inteiro e no Brasil. Rapidamente nos adaptamos a essas novidades e passamos – em geral sem uma percepção clara nem maiores questionamentos – a viver na Sociedade da Informação, uma nova era em que a informação flui a velocidade e em quantidades há apenas poucos anos inimagináveis, assumindo valores sociais e econômicos fundamentais.” (Takahashi, p.3).

Baseado nas pesquisas do livro Verde da Sociedade do conhecimento no Brasil percebemos que na sociedade moderna faz muito tempo em que a tecnologia está

presente em nossas vidas. Porém as tecnologias são tão próximas e tão constantes em nosso cotidiano que não enxergamos como não naturais. A tecnologia faz parte do mundo em que vivemos, ela está presente em tudo. Se olharmos em nossa volta com um olhar mais crítico, veremos o quanto de mudanças vão surgindo e não damos conta de pautar o grande crescimento. A cada dia se tem um crescimento, pela busca do conforto e qualidade de vida, sem contar com a preocupação com o meio ambiente. E a cada dia surgem novos estudos novas experiências (Takahashi, 2002).

Surge uma nova maneira de viver, com a globalização e o avanço tecnológico, resultando em mudanças no pensamento e no relacionamento entre os seres humanos, causando influência sob diversos aspectos de sua vida. A mudança Tecnológica pelo qual a sociedade está refletida no seu modo de pensar e agir. E com o surgimento da sociedade da informação e do conhecimento nasce o ser crítico e atuante na sociedade.

Em cada país, a sociedade da informação está sendo construída tendo por base as diferentes condições e projetos de desenvolvimento social, segundo estratégias moldadas de acordo com cada contexto. As tecnologias envolvidas vêm transformando as estruturas e as práticas de produção, comercialização e consumo e de cooperação e competição entre os agentes, alternando, enfim a própria cadeia de geração de valor. Do mesmo modo, regiões segmentos sociais, setores econômicos, organizações e indivíduos são afetados diferentemente pelo novo paradigma, em função das condições de acesso à informação da base de conhecimentos e, sobretudo, da capacidade de aprender e inovar.

Segundo Takahashi (2000, p. 05), no Brasil urge acelerar o processo de articulação efetiva de um programa nacional para a sociedade da informação. Ao longo da década de 90 do século XX, restringiram-se sucessos em aspectos críticos para a

formulação e implementação de tal programa. A internet brasileira teve grande impulso primeiramente na comunidade científica e, logo após, como plataforma de expansão do setor privado, estando aberta também a serviços de natureza comercial desde 1995. Nas telecomunicações houve a privatização de todo o sistema brasileiro e a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), fatores que estão permitindo maior e mais rápida disponibilidade de acesso aos meios de comunicação. As atividades comerciais no Brasil que se valem da internet estão ganhando enorme expressão, a ponto de perfazerem praticamente metade do mercado latino-americano, em número de usuários e em volume de transações em negócio.

Ainda segundo Takahashi (2000, p. 05), o País dispõe dos elementos essenciais para a condução de uma iniciativa nacional rumo à sociedade da informação. E a emergência do novo paradigma constitui, para o Brasil, oportunidade sem precedente de prestar significativa contribuição para resgatar a sua dívida social, alavancar o desenvolvimento e manter uma posição de competitividade econômica no cenário internacional. A inserção favorável nessa nova onda requer, entretanto, além de base tecnológica e de infra estruturas adequadas, um conjunto de condições e de inovações nas estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras, normativas e de governo em geral. O impacto positivo que a “nova economia” pode gerar para o País depende ainda da participação do maior número possível de pessoas, organizações e regiões como usuárias ativas das redes avançadas de informação.

7.2 - A Evolução Tecnológica no Brasil

Tecnologia, segundo Bell (1973, p.171), consiste do conhecimento científico para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível. A evolução tecnológica, no fundo, criou meios para que determinados conhecimentos pudessem ser reproduzidos de forma rápida. A prensa de Gutemberg é a aprova disso, pois facilitou a reprodução de um trabalho mecânico e artesanal.

“O registro histórico das revoluções tecnológicas (...) mostra que todas são caracterizadas por sua penetrabilidade, ou seja, por sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido em que essa atividade é exercida” (Castells, 2000, p.50).

Essa característica da revolução tecnológica fez com que ela se disseminasse mais rapidamente pelo globo. O usuário passa a ser agente criador e transformador.

A maneira como essa evolução tecnológica funciona aproxima os envolvidos no seu processo de implantação, de forma que ela se transforma em uma atividade cotidiana, de modo a ser incorporada facilmente.

“O primeiro aspecto a se destacar desta nova era é que esta revolução tecnológica está centrada nas tecnologias da informação e comunicação. Isso faz com que as fontes de produtividade – informação e conhecimento – sejam, ao mesmo tempo, o produto gerado, pois a finalidade do desenvolvimento tecnológico, passa a estar centrado na produção de novos conhecimentos e informação” (Santos, 2004).

Acreditamos que para o desenvolvimento desta Sociedade da Informação é imprescindível a integração do acesso à informação para capacitar e atualizar cidadãos

para que possam competir no mercado de trabalho. A informação reduz incertezas e o acesso a ela aumenta a competitividade.

Visando a inclusão de um maior número de pessoas implantando programas de apoio na sociedade da informação, no Brasil, foi publicado em setembro de 2000, o Livro Verde, documento elaborado em parceria com representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, contendo as metas de implementação do Programa Sociedade da Informação no país.

De acordo com Takahashi (2000, p.10) o objetivo do Programa Sociedade da Informação é integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global.

O Programa Sociedade da Informação pretende estabelecer as bases para uma inserção competitiva do Brasil na sociedade global da informação e tem por finalidade integrar e coordenar o desenvolvimento e a atualização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e suas aplicações.

Takahashi (2000, p.5) alerta que “A sociedade da Informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico”. No contexto atual, o acesso à informação está aparentemente fácil, propiciado pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e nas telecomunicações.

Segundo Oliveira (2008), o barateamento da tecnologia de processamento e armazenamento da informação, ou seja, do computador, permitiu uma distribuição

extensa de informação, interligando computadores em grandes distâncias, ligando escritórios, bancos, lares, loja, fábricas, indústrias, escolas, enfim o globo como um todo. Todas as coisas acontecem em lugares específicos e em tempos determinados, mas as características não há como negar estão sendo transformadas com o advento das redes e não há como negar que a rede de informação é uma importante característica da sociedade contemporânea. Satélites estão permitindo comunicação instantânea ao redor do globo. Bases de dados podem ser acedidas de qualquer lugar do mundo, sistemas de fac-símiles e computadores estão interconectados. Todos estes elementos fazem parte desta rotina que caracteriza o mundo moderno.

Por outro lado, a Sociedade da Informação caminha a passos largos para uma Sociedade do Conhecimento, assumindo contornos diferentes na medida em que, em razão dessa explosão de informações, o indivíduo é levado a desenvolver uma consciência crítica em relação ao que está sendo apresentado, a analisar a relevância disso para suas necessidades, a assumir posturas proactivas de busca e uso da informação e a estabelecer relações entre informações processadas, para então produzir conhecimento.

Contudo, a Sociedade da Informação já atinge uma considerável parcela da população mundial, mas, ainda exclui muitos outros. Esse fenômeno ocorre de forma desigual pelas regiões do globo terrestre, podendo ser muito mais acelerado e intenso em alguns países do que em outros. Para Oliveira (2008) o desafio da Sociedade da Informação no Brasil é aproximar esse indivíduo que pode estar à margem, excluído digital e/ou socialmente, assistindo “desligado” ao emergir de um momento ímpar, onde é possível desfrutar de um mar de conhecimento. É indiscutível que é função da

sociedade criar mecanismos de aproximação e consolidação dos participantes dessa nova sociedade.

As políticas públicas são também um modo do estado regular o mercado, a concorrência, a oferta de trabalho e ao mesmo tempos educação e/ou o treinamento para o trabalho com as tecnologias. Com o objetivo de reduzir a exclusão digital (*Digital Divide*, *Digital Exclusion*, ou *Digital Gap*), o programa “Sociedade da Informação” busca uma estruturação de vários setores, numa integração entre sociedade civil, governo e iniciativa privada, organismos nacionais e internacionais. Com o advento da internet, surgiu a necessidade de criar políticas e estudos que pensassem e previssem situações. Nesse sentido todo o estudo culminou com a compilação “Sociedade da Informação no Brasil: Livro verde”. Aqui são apresentados os indícios dos objetivos do projeto:

“O caminho rumo à Sociedade da Informação é repleto de desafios em todos os países. Contudo, em cada um, o desafio reflete uma combinação singular de oportunidades e de riscos. Todos os países caminham, voluntária ou involuntariamente, rumo à Sociedade da Informação. Compete a cada um encontrar sua rota e suas prioridades.”(Takahashi, 2000, p.6).

Em países mais ricos e desenvolvidos tecnologicamente, a percentagem de indivíduos inseridos nesse contexto é relativamente maior, quando comparando com os países do chamado “Terceiro Mundo”, que apresentam uma certa dependência dessas grandes potências econômicas. O vertiginoso desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação tem propiciado uma crescente troca de informações entre indivíduos de diversos países, com características e realidades diferentes. A Internet,

com o crescente desenvolvimento das telecomunicações, tem sido o principal meio utilizado para esse fim, integrando várias pessoas na era digital.

CAPITULO VIII- INICIATIVAS DO GOVERNO BRASILEIRO PARA A UTILIZAÇÃO DAS TIC

8.1- Introdução

É muito grande e interessante o processo de evolução para que a população brasileira alcance uma inclusão digital.

Segundo Nazareno (2006, p. 161), existe um grande desafio em executar projetos em curto prazo para a democratização das TIC e ao mesmo tempo planejar metas de médio e longo tempo para redução das desigualdades.

Por sua vez podemos observar que é grande o esforço do governo brasileiro para distinguir situações de desigualdades e acesso às TIC. Um facto marcante foi a aprovação da Lei 8.248 de 1991 – Lei da Informática – formulada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, o advento da reserva de mercado e das políticas de substituição de importação nas décadas de 70 e 80 do século XX contribuiu para a gênese de um parque industrial das TIC no país.

Entretanto, para Nazareno (2006, p. 59), essa indústria não era competitiva em termos internacionais e estava focada basicamente no atendimento de mercado interno. Durante a década de 90 do século XX, a indústria brasileira de TIC consolidou-se, apresentando um crescimento anual superior a 10%. Diante da nova realidade da globalização dos anos 90, o Governo Brasileiro instituiu um programa de incentivos fiscais.

Considerando que as TIC vêm evoluindo gradativamente no Brasil, apresenta-se um resumo de algumas medidas implementadas pelo governo brasileiro, fazendo uma

pequena descrição do seu objetivo e como essas medidas estão sendo utilizadas atualmente.

8.2 - A Urna Eletrônica (1978)



Um grande feito para o Brasil foi em 1978, pioneiramente, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais apresentar ao, Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um protótipo para a mecanização do processo eleitoral. Após iniciativas isoladas de alguns, que deram novas ideias de automação das eleições, o TRE do estado do Rio Grande do Sul desenvolveu um projeto-piloto para informatização do cadastro de eleitores do Estado do Rio Grande do Sul.

O processo eletrônico de dados nos serviços eleitorais foi efetivamente implantado em 1995, com a Lei nº 7.444/85, e propiciou a criação do Cadastro Nacional de Eleitores, combatendo os “fantasmas”. Na eleição presidencial de 1989, foi possível a totalização eletrônica dos resultados do pleito nos estados do Acre, Alagoas, Mato Grosso, Paraíba e Rondônia. O sucesso do empreendimento levou à informatização do TRE de Minas Gerais, em 1991; à totalização eletrônica dos resultados das eleições municipais de 1992 em aproximadamente 1800 municípios; e à apuração eletrônica do plebiscito de 1993 em todos os municípios brasileiros. A eleição geral de 1994 também contou com totalização de votos inteiramente informatizada.

Nas eleições municipais de 1996, a Justiça Eleitoral deu início ao processo de informatização do voto. Usaram a “máquina de votar” cerca de 33 milhões de eleitores. Na eleição geral de 1998, o voto alcançou cerca de 75 milhões de eleitores. E, no ano de

2000, todos os eleitores puderam utilizar as urnas eletrônicas para eleger prefeitos e vereadores (Nazareno, 2006 p. 128).

Atualmente o sistema abrange todo território brasileiro. O sistema de planejamento e gestão do TSE consiste em um conjunto de práticas gerenciais voltadas para a obtenção de resultados e condutas organizacionais, com o objetivo de atender às expectativas dos cidadãos brasileiros em relação aos serviços prestados pela justiça eleitoral. O trabalho baseia-se inicialmente no planejamento, processo que mobiliza as pessoas e as instituições na construção de um futuro desejado.

“O fato de o Brasil possuir, hoje a maior indústria de informática de telecomunicações da América Latina e o maior contingente de profissionais com graduação, especialização, mestrado e doutorado maior que a soma de que dispõem todos os países da América Latina é reputado como resultado da adoção de Política Industrial de Informática.” (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação).

8.3 - Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM -1988)



O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) surgiu 1988, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, com o objetivo de avaliar a qualidade do Ensino Médio no país. Porém no ano 2000, os resultados individuais passaram a ser utilizadas para a seleção de candidatos

para o Ensino Superior em universidades públicas brasileiras através do SISU (Sistema de Seleção Unificada).

A partir de 2009, além de servir como certificação de conclusão para o ensino médio, os estudantes passaram a ter interesse em ganhar pontos para o PROUNI (Programa Universidade para todos).

Atualmente os bons resultados obtidos pelos alunos além dos benefícios acima citados abrem as portas do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e Programa Ciências sem Fronteiras, que é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

As inscrições para o ENEM são feitas exclusivamente pela internet, onde os alunos, para obterem seu cartão de inscrição, devem aceder à página do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas).

Recentemente foi divulgada a preocupação do Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, com a quantidade de inscrições para o ENEM no ano 2015, tendo o total de 8.478.096 inscrições, 10,76% a menos que no ano passado, quando chegou a 9,5 milhões.

8.4 - Programa Sociedade da Informação (SOCINFO -2000)



O Programa Sociedade da Informação (SOCINFO), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, é um dos precursores na área da inclusão digital. Foi lançado em 1999 com o propósito de introduzir na sociedade brasileira as novas tecnologias e os recursos advindos da internet, além de integrar, coordenar e promover o uso de inovação científico e tecnologias. A proposta foi sintetizada no Livro Verde, lançando em setembro de 2000. O Livro Branco consolidou as sugestões apresentadas pela sociedade em geral (Nazareno, 2006, p. 142).

Baseado na enciclopédia livre Wikipédia, este novo modelo de organização das sociedades assenta num novo modo de desenvolvimento social e econômico onde a informação, como meio da criação de conhecimento, desempenha um papel fundamental na produção de riqueza e bem-estar dos cidadãos. Condições para sociedade da informação é a possibilidade de todos poderem aceder às tecnologias de informação e comunicação, presentes no nosso quotidiano que constituem instrumentos indispensáveis às comunicações pessoais, de trabalho e lazer.

8.5 - Programa GESAC (2002)



O programa Governo Eletrônico a Serviço do Cidadão (GESAC) foi criado em 2002, conta com 3.200 pontos de acesso público à internet, gratuito e via satélite, e é destinado às camadas C e D da população, classificada pelo Critério de Classificação Econômica no Brasil (CCEB).

Segundo (Nazareno, 2006, p. 143) cerca de 2.000, de um total de 5.500 municípios, já foram beneficiados com a instalação de 22 mil terminais. No Estado do Rio de Janeiro, 162 localidades contam com o GESAC; no Estado de São Paulo são 382; e no Estado Minas Gerais, 431.

A maioria dos pontos está situada em locais remotos, sem infraestrutura de telecomunicações. Estão instaladas em escolas, associações de bairro, creches, sindicatos, prefeituras, unidades de Forças Armadas e outras localidades, distribuindo sinal de 92MHz.

Coordenado pelo Ministério das comunicações, o GESAC busca aumentar a conectividade do País, distribuindo um *kit* formado por antena, modem e servidor, como base no critério de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As comunidades candidatas devem ter algum tipo de organização no desenvolvimento de atividades comunitárias culturais, que possam ser apoiadas pelos serviços de tecnologia da informação.

8.6 - Centros Vocacionais Tecnológicos (2003)



Em 2003, o Ministério da Ciência e Tecnologia lançou o programa de disseminação a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos em todo país. É constituído por unidades de ensino e de profissionalização, que buscam capacitar a população por meio do conhecimento científico e tecnológico e da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo (Nazareno, 2006, p. 148).

A partir dos Centros Tecnológicos (CVT), se difundiu em unidades operacionais, comandadas pela Diretoria de Extensão Tecnológica e Inovação (DETI), oferecendo cursos de formação inicial continuada de trabalhadores nas áreas de: Ambiente, Saúde, Segurança, Controle e Processos Industriais, Gestão de Negócios, Hospitalar, Lazer, Informação e Comunicação, infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial e Recursos Naturais.

8.7 - Cultura Digital (2004)



Em 2004 é lançado o programa Pontos de Cultura, também designado por Cultura digital, para estimular e incentivar a produção de atividades culturais e sociais nos municípios brasileiros, pelo Ministério da Cultura o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura viva. Para este efeito, foi assinado um acordo de cooperação entre os Ministérios da Cultura e das Comunicações, sendo equipados os pontos de Cultura com os pontos conectividade do GESAC(Nazareno, 2006, p. 147).

A conexão de internet dos tele-centros do Ministério das Comunicações é assegurada pelo programa GESAC, via satélite e terrestre. A conexão é direcionada, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, privilegiando as cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso. Por meio dela, é disponibilizada a infraestrutura.

8.8 - Casa Brasil (2005)



Segundo Nazareno (2006, p. 146), o programa Casa Brasil surgiu em 2005, como a “vitrine” das ações do Governo Federal em prol da inclusão digital e está ancorado nos pontos de conectividade do GESAC. O objetivo do projeto, que consiste

na implantação de centros de multimídia em todo o Brasil, não é apenas promover a inclusão digital, mas também a inclusão social.

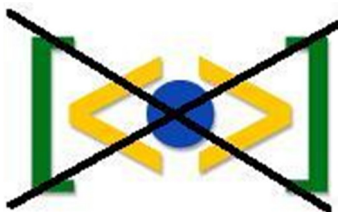
Inicialmente, estava programada a instalação de 90 unidades da Casa Brasil em bairros com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) negativo, grande densidade de populacional e elevados níveis de violência e desemprego.

Atualmente as atividades desenvolvidas estimulam a apropriação autônoma e crítica das tecnologias, como, por exemplo, o *software* livre, a democratização das comunicações e o local orientado pelos princípios da economia solidária.

A Casa Brasil é um programa de Inclusão Digital da Secretária de Ciências e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (SECIS – MCT).

A Equipe Casa Brasil, vinculada à Secretária de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Educação (SECIS/MCT) e com o apoio da Universidade de Brasília (UnB) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), oferece suporte administrativo à distância por meio das listas de e-mail, site e ambientes destinados às unidades. O conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é um órgão ligado ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), para incentivo a pesquisa no Brasil.

8.9 - Computadores para todos (2005)



Em 2005 o Governo Federal lançou em o programa info-inclusão voltado para as classes com o menor poder aquisitivo. Coordenado pela Presidência da República, o “PC Conectado” tem como alvo propiciar a aquisição de computadores pessoais por família com renda entre três e dez salários mínimos. Um dos objetivos do programa era dobrar a produção nacional de computadores.

Em 21 de setembro de 2012, o Presidente Lula instituiu o projeto Cidadão conectado- Computadores para todos, e estabeleceu que as definições em especificações e características técnicas mínimas das soluções de informática serão definidas em ato do Ministério do Estado Ciência e Tecnologia. O projeto tem como principal objetivo promover a inclusão digital, oferecendo ao consumidor a possibilidade de aquisição, em condições facilitadas, de produtos de informática e computadores.

8.10 - O Projeto Computadores para Inclusão (2006)



O objetivo do projeto Computadores para Inclusão é recuperar milhares de computadores descartados anualmente pelos órgãos governamentais e pela iniciativa privada e destiná-los a iniciativas de inclusão digital como telecentros, escolas e bibliotecas. Mas além de contribuir para os projetos nessa área, a intenção do projeto

também é incluir socialmente jovens que vivem em bairros periféricos das grandes cidades.

Inspirada no projeto Canadano “Computadores para escolas”, a iniciativa brasileira contribui para ampliar o número de pessoas com acesso às tecnologias da informação. O primeiro projeto CRC (Centros de Recondicionamento de Computadores) a ser implantado foi no Estado de Porto Alegre, no ano de 2006.

Em 2012 a Presidente Dilma Rousseff, dando continuidade ao programa de inclusão digital, disponibilizou equipamentos de informática, possibilitando o uso de recursos da educação digital e melhores condições de participação dos professores nos processos de formação e planejamento das aulas. Os Recursos previstos visam complementar os laboratórios já existentes com computador interativo, conteúdos específicos e tecnologia assistiva, bem como a implantação de novos laboratórios PROINFO e a disponibilização de *laptop* educacional, um computador (servidor) com conteúdos pedagógicos e um roteador Wireless para conexão, para as escolas com até 50 matrículas.

8.11 - Portal do Professor (2007)



Criado no ano de 2007 pelo Ministro da Educação Aloizio Mercadante, o espaço virtual dá suporte à formação dos professores para a sua prática na escola. No portal, os professores não têm apenas vídeos, mas também recurso em PDF, áudio, simuladores de laboratório virtuais de química e física.

Publicado no site do Ministério da Educação em 2014, o portal do professor já armazena mais de 16 mil conteúdos digitais, e ainda indica endereços virtuais de bibliotecas e museus de todo o mundo, revistas pedagógicas e outras páginas com conteúdos educacionais de qualidade. Além de ter acesso às aulas originais, em inglês, os internautas são redirecionados para aulas de química, física, matemática e biologia, traduzidas para português pela Fundação Lemann.

Os professores brasileiros têm acesso livre, o Portal constitui uma espécie de rede social, em que os professores podem comentar as aulas enviadas por outro professor. Depois do Brasil, Portugal e Estados Unidos são os países que mais acessam ao Portal dos Professores.

8.12 - Proinfo Integrado (2008)



Sancionado pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o decreto número 6300, o programa PROINFO passou a Integrado, com o objetivo de formação voltada para o uso didático – pedagógico das TIC no cotidiano escolar, articulando a distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e a distribuição dos equipamentos nas escolas.

O Ministro da Educação José Henrique Paim, através da Resolução CD/FNDE de 1 de janeiro de 2014, dispõem sobre critérios e os procedimentos para a participação

das Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES, na implementação do programa Nacional de Tecnologia educacional.

Atualmente o FNDE (Programa Nacional de desenvolvimento da Educação) tem beneficiado Estados, Municípios e Distritos federais com a compra de equipamentos eletrônicos e algumas instituições publicas já possuem Lousa Digital.

8.13 - Portal de Recuperação/Reforço escolar (2008)



O Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) é um repositório criado pelo MEC, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Rede latino-americana de Portais Educacionais (RELPEL), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e outros.

O site tem o objetivo de manter e compartilhar recursos educacionais digitais de livre acesso, elaborados em diferentes formatos, como áudio, vídeo, animação, simulação, software educacional, além de imagem, mapas, hipertexto, sendo estes conteúdos considerados relevantes e adequados à realidade da comunidade educacional local, respeitando-se as diferenças de língua e culturas regionais.

Todos materiais publicados no Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) estão disponíveis para os gestores escolares, gestores de repositórios educacionais, bem como professores de Educação Básica, Profissional e Superiores, além dos produtores de recursos pedagógicos digitais, pesquisadores e da população em geral.

O MEC, com a criação do BIOE, tem como objetivo estimular e apoiar experiências individuais dos diversos países, e ao mesmo tempo promover o nivelamento de forma democrática e participativa. Assim, países que já avançaram significativamente no uso das TIC poderão ajudar outros a atingirem seu nível.

8.14 - Plataforma Paulo Freire (2009)



Criado em 2009 pelo Ministério da Educação é um sistema eletrônico com a finalidade de realizar a gestão e acompanhamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. Em maio de 2012, o sistema passou a ser gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), permitindo a informatização de todo processo de gestão, acompanhamento e revisão do planejamento da formação inicial dos professores de educação básica. Nesse sistema eletrônico a Capes publica a relação dos cursos superiores ofertados pelas instituições de Educação Superior para os professores da rede pública de educação básica; os professores interessados em participar dos cursos fazem sua pré-inscrição; as secretárias municipais e estaduais de educação validam a pré-inscrição dos professores de sua rede; as universidades extraem a relação de professores pré-inscritos e, após o processo seletivo, registram os alunos matriculados. Com a reestruturação do sistema, além do registro das matrículas, as Informação Empresarial Simplificada (IES) deverão informar a evasão; as secretarias municipais e estaduais de educação poderão informar anualmente a demanda por formação de sua rede.

8.15 - Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT - I - 2009, II 2012 e o III 2015)



Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica é um fórum temático vinculado ao Fórum de Educação um movimento pela cidadania e pelo direito universal à educação. O objetivo desse fórum é reunir estudantes, professores, pesquisadores, trabalhadores, governos, sindicatos, associações e pessoas da sociedade civil de diversos países terão a missão de priorizar a educação na construção de um outro mundo possível.

- O I Fórum FMEPT aconteceu no Distrito Federal em 2009;
- O II Fórum FMEPT aconteceu em Florianópolis Região Sul do Brasil em 2012;
- O III Fórum FMEPT aconteceu em Pernambuco Região Nordeste do Brasil em 2015.

Obs. O IV Fórum FMEPT será em Montevidéu em 2018.

8.16 - Sistema de Seleção Unificada (SISU - 2010)



O Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado e gerenciado pelo MEC, é um processo seletivo para entrada de novos alunos em instituições públicas de Ensino Superior que utiliza, exclusivamente, a nota do ENEM como critério de seleção.

Graças à ferramenta é possível disputar uma vaga em áreas do conhecimento de ferramenta, é possível disputar uma vaga em áreas do conhecimento de diferentes instituições, desde que elas tenham aderido ao SISU. Diferentemente dos antigos vestibulares, o aluno faz a prova e só depois escolhe onde e o que cursar. Ao fazer sua inscrição podem consultar as instituições de ensino e os cursos que são oferecidos.

O processo de seleção é realizado nos dois semestres do ano e segue um cronograma de dois meses, entre inscrições, resultados e matrículas. Atualmente, as inscrições acontecem em apenas uma etapa. O estudante faz o cadastro pela internet, sem qualquer custo, e informa o número da senha do ENEM. Com isso o sistema do SISU levanta todos os dados cadastrais do estudante, incluindo as notas obtidas no ENEM. Depois disso, o candidato seleciona duas opções, em ordem de preferência, de vagas ofertadas.

Aplicam-se as seguintes regras:

- Candidatos selecionados para a primeira opção não participam das demais chamadas, mesmo que não se realizem matrículas.
- Candidato que tenha sido selecionado na segunda opção continua concorrendo à vaga que escolheu como prioridade. Se o candidato não apareceu em nenhuma das duas opções seu nome vai para lista de espera que conta com vagas remanescentes.

As universidades e institutos podem estipular notas mínimas para que o calouro possa se candidatar a uma vaga e adotar pesos diferentes para a nota do ENEM. O sistema do SISU faz automaticamente este cálculo e mostra como foi feita a composição da nota para opção escolhida pelo estudante. Também cabe às instituições de ensino informar a disponibilidade de vagas destinadas a políticas afirmativas (como cotas para os afros descendentes, indígenas, egressos de escola pública).

8.17 - MENINAS.COMP (2010)



Criado em 2010, pelo departamento da Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com escolas públicas do Distrito Federal, destinado a atrair as mulheres para esse campo de conhecimento, incentivando projetos de programação e desenvolvimento de softwares em escolas do ensino médio e mostrar que a escolha da profissão independente de gênero, com o objetivo de ampliar o número de mulheres na graduação foi criado o slogan para reforçar a idéia de que “Computação também é coisa de menina”.

Estudo de 2014 da UnB, orientado pelo professor Jan Mendonça Correa, apontou, com base em dados do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe), que apenas 10% do total de alunos que ingressaram nos cursos de ciência da computação, licenciatura em computação e engenharia da computação são do gênero feminino.

No segundo semestre de 2015 essa desigualdade ainda é verificada na prática pela professora Aletéia Patrícia Favacho de Araújo, coordenadora do projeto. Ela acredita em influência cultural para representatividade menor de mulheres no campo da computação, realidade do Brasil e de outros países. Por isso, projetos como o da UnB também são desenvolvidos por universidades brasileiras e estrangeiras e contam com o incentivo das grandes empresas de informática, interessadas em profissionais mulheres na criação de softwares voltados para o público feminino.

8.18 - FACEBOOK (2011)



O Ministério da Educação cria um perfil na rede social Facebook. Onde declara que as principais informações do Ministério da Educação podem ser acompanhadas por mais um canal nas redes sociais. No primeiro dia 17 de maio de 2011 a Fanpage teve 7 curtidas e 10 comentários. Atualmente muitos seguidores se atualizam e interagem com o Ministério da Educação no Brasil, notícias são divulgadas diariamente pela fanpage.

8.19 - Programa Nacional de Ensino Técnico (PRONATEC - 2011)



Programa Nacional de Ensino Técnico, originário da Câmara dos Deputados, oferece um conjunto de ações destinadas a ampliar e democratizar a oferta de vagas na educação profissional brasileira. Esse programa tem a meta, beneficiar brasileiros com cursos técnicos oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, redes de educação Sistema S, Redes particulares de educação e entidades sem fins lucrativos.

8.20 - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE - 2011)



Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é ferramenta de planejamento de gestão das escolas públicas. Ele foi desenvolvido pelo MEC em parceria com as secretarias estaduais e municipais e suas principais características são a natureza auto-instrucional e interativa de cada tela. O Sistema interage permanente com o usuário, estimulando a reflexão do tema abordado, além das escolas e secretarias não precisarem mais realizar formação presenciais para conhecer a metodologia e utilizar o sistema.

8.21 - Projeto Educa Digital (2012)



Projeto lançado no governo do Ministro da Educação Mercadante o Educação Digital - Política para computadores interativos e *tablets*. O projeto compreende o computador interativo – equipamento desenvolvido pelo MEC, que reúne projeção, computador, microfone, DVD, lousa e acesso à internet, e o *tablet*. O objetivo do projeto é oferecer instrumentos e formação aos professores e gestores das escolas públicas, para o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino aprendizagem.

8.22 - Secretária de educação Profissional e Tecnológica (SETEC - 2012)



Pelo Decreto nº 7.69 de 2 de março de 2012 no governo do Ministro da Educação Aloizio Marcadante, foi criada a Secretária de educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Essa secretaria foi criada para:

- Planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da Política de Educação Profissional e Tecnológica;
- Promover o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com as políticas públicas e em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos;
- Definir e implantar política de financiamento permanente para educação Profissional e Tecnológica;
- Promover ações de fomento de fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica;
- Instituir mecanismo e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito da política pública e dos recursos destinados à Educação Profissional e Tecnológica;
- Fortalecer a Rede Pública Federal de Educação profissional e Tecnológica, buscando a adequado disponibilidade orçamentária e financeira para a sua efetiva manutenção e expansão;

- Promover e realizar pesquisas e estudos e políticas estratégicas, objetivando o desenvolvimento da educação Profissional e Tecnológica;
- Desenvolver novos modelos de gestão e de parceria público-privada, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da Educação Profissional e Tecnológica;
- Estabelecer estratégias que possibilitem maior visibilidade e reconhecimento social da Educação Profissional e Tecnológica;
- Apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica dos sistemas de ensino, nos diferentes níveis de governo;
- Estabelecer mecanismos de articulação e integração com os sistemas de ensino, os setores produtivos e demais agentes sociais no que diz respeito à demanda quantitativa e qualitativa de profissionais, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica;
- Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica;
- Acompanhar e Avaliar as atividades desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Acompanha e avaliar as atividades desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Elaborar, manter e atualizar o catálogo nacional de cursos técnicos e o catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica;

- Estabelecer diretrizes para as ações de expansão da Educação profissional e Tecnológica em consonância com o Plano Nacional de Educação – PNE.

8.23 - Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC - 2013)



Criado em 2013 o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC), e baseado no Sistema de Seleção Unificada (SISU) é uma iniciativa do MEC para melhorar a capacitação dos brasileiros a aumentar as hipóteses de emprego. O programa tem instituições públicas e privadas de ensino superior como parceiras para oferecer vagas gratuitas em cursos técnicos para candidatos participantes do ENEM.

O programa é considerado de grande importância ao acesso ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Ele conta com a participação de escolas técnicas, instituições federais, escolas estaduais, municipais e entidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

As vagas do SISUTEC são destinadas aos candidatos que cursaram o ensino médio da rede pública. O programa também aceita as pessoas que se formaram em instituições particulares, desde que tenham concluído o nível médio com bolsa de 100%. As instituições que federais que participam do programa são adeptas à Lei de Cotas. O aluno só poderá concorrer no SISUTEC se não tiver zerado na prova de redação.

8.24 - Portal de Periódicos (2014)



Está disponível para investigadores de todo o país uma aplicação informática que permite o acesso remoto ao conteúdo do Portal de Periódicos. Mais de quatrocentas instituições participantes vão poder aceder a biblioteca virtual com os conteúdos assinados pela Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Com o aplicativo é possível fazer buscas rápidas é possível fazer buscas rápidas por assunto, periódico, base e livro. O usuário também consegue navegar em web sites referenciado pelo resultado de busca, além de exportar os artigos em formato PDF.

O Portal de Periódicos do Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza para instituições de ensino no Brasil o melhor da produção científica internacional. Oferece mais de 36 mil títulos completos, além de mais de 250 mil e-books, entre outros materiais. A aplicação está disponível para IOS, Android e outros sistemas operativos.

8.25 - Programa de Tecnologia Assistiva (2014)



O Programa de Tecnologia Assistiva está vinculado a uma área do conhecimento que engloba estudos, produtos e estratégias voltadas para ajudar na modalidade e independência de pessoas com incapacidade ou dificuldades de locomoção.

O programa de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES) tem o critério de avaliar projetos de pesquisas acadêmicas na área de tecnologia assistiva. Os pesquisadores devem ser vinculados a instituição de ensino superior em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e cooperação acadêmica com vistas à formação de recursos humanos.

As propostas selecionadas receberão bolsas para mestrado e doutoramento “sanduíches”. Estão incluídas passagens aéreas, diárias para missões de pesquisa, auxílio moradia, além de despesas de consumo, entre outros benefícios. Serão apoiados serão 15 trabalhos.

8.26 - Programa Brasil Mais TI (2015)



A plataforma digital Brasil mais TI, parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação e o Ministério da Ciência Tecnologia e inovação (MCTI), oferece cursos livres de capacitação em tecnologia da informação. Estão disponíveis 30 cursos gratuitos na modalidade e distância, que oferecem mais de 1500 horas de qualificação.

Diversos jovens estão à procura do primeiro emprego, mas não conhecem a área de tecnologia e suas carreiras. Tendo consciência desta necessidade, o MCTI criou o Brasil mais TI, um projeto inovador e dinâmico que atua em três pontos essenciais da formação profissional: conhecimento, capacitação e oportunidades.

O programa pretende despertar a vocação dos jovens para a área de tecnologia da informação, reduzir a carência de profissionais do setor e oferecer aos estudantes, uma oportunidade de carreira. O Brasil mais TI tem mais de 150 mil usuários cadastrados e 287 mil cursos concluídos, o público-alvo central do projeto são jovens dos 16 aos 23 anos e escolas de segundo grau.

Contudo, a plataforma está disponível para toda a sociedade e segundo o assessor especial de inovação da SETEC, Rafael Alamad, os cursos podem atrair novos estudantes para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

8.27 - Plataforma devolutivas Pedagógicas (2015)



Criada pelo Instituto Nacionais de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (Inep) em agosto de 2015 a Plataforma Devolutivas Pedagógicas aproxima a avaliação externa em larga escala ao contexto escolar, tornando mais relevantes as informações das avaliações dos estudantes. A partir da disponibilidade dos itens utilizados na prova Brasil, descritos e comentados por especialistas.

Os objetivos da Plataforma Devolutivas Pedagógicas são promover a melhoria do desempenho dos estudantes brasileiros da educação básica e tornar explícito para os professores e gestores das redes de ensino quais conhecimentos e habilidades são verificados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), viabilizar a apropriação pelos professores e equipe gestora dos resultados das avaliações em larga escala e colaborar com os docentes nas suas atividades de ensino.

8.28 - Meios de comunicação com o Ministério da Educação no Brasil

E interessante a trajetória evolutiva do Ministério da Educação (MEC), que foi criado em 1930 no governo do Presidente Getúlio Vargas e vem crescendo muito nesses 85 anos, promovendo um ensino de qualidade e diminuindo o analfabetismo.

O grande objetivo do MEC atualmente é a inclusão digital, criar canais de comunicação com pais, alunos, professores, gestores e todo público em geral. Tarefa que está evoluindo muito bem através dos meios de comunicação disponíveis.

- Endereço eletrônico => <http://www.mec.gov.br/>;
- Twitter => <https://twitter.com/mec>;
- Instagram => <https://www.instagram.com/mec>;
- You Tube => <https://www.youtube.com/user/MECVideos>;
- Aplicativos para Telemovel => TV ESCOLA, SALA DE PROFESSORES, PORTAL BRASIL e SISU (android, Apple, windos)
- Facebook => <https://www.facebook.com/ministeriodaeducacao>;
- E-mail => gabinetedoministro@mec.gov.br;
- Numero para ligação telefônica gratuita => 0800616161

CAPÍTULO IX – CONCLUSÃO E TRABALHO FUTURO

9.1 Conclusões

No final do século XX, um relatório realizado para a UNESCO pela Comissão Internacional sobre educação para o século XXI salientava que “Os sistemas educativos devem dar resposta aos múltiplos desafios das sociedades da informação, na perspectiva de um enriquecimento contínuo dos saberes e do exercício de uma cidadania adaptada às exigências do nosso tempo” (Delors et al., 1996). Dezanove anos depois, esta recomendação continua a ser válida e a refletir a necessidade de a Escola se reestruturar em função das transformações que ocorrem na sociedade, sob pena de se tornar obsoleta e incapaz de preparar cidadãos munidos de aptidões para fazer face a um mundo competitivo e em permanente mutação. Historicamente, verifica-se que a Escola foi acompanhando a evolução da sociedade ao longo dos tempos. O aparecimento das TIC determinou a passagem de um contexto marcado pela escassez de informação para outro em que as fontes de informação são múltiplas e de fácil acesso (Coutinho e Alves, 2010). Porém, as TIC não se limitam a ser simples instrumentos de informação dado que “condicionam fortemente a ecologia comunicacional e educacional das sociedades, favorecendo certos atores e os processos de aquisição/exploração do saber e da aprendizagem” (Silva, 2000).

De facto, na Sociedade da Informação, o professor já não pode ser encarado como o único possuidor de um saber que é somente transmitido aos alunos. Tendo em conta as variadas fontes de informação disponíveis e as diferentes formas de as aceder, atualmente, o professor tem de dominar os novos meios pedagógicos e compreender o modo como estes afetam os processos cognitivos, pois só assim será capaz de ensinar os seus alunos a explorar o mundo que os rodeia de uma forma

autônoma e esclarecida. Por outro lado, é imperativo que os alunos aprendam a avaliar e a gerir grandes quantidades de informação que vão chegando até si e transformá-las em conhecimento. Trata-se de uma “nova alfabetização” ou “alfabetização informática” que é indispensável para um efetivo entendimento da Sociedade da Informação (Delors et al., 1996).

Esta alteração da relação entre o professor e o aluno é, na opinião de Silva (2000), uma das principais mudanças operadas pela Sociedade da Informação na Escola, uma vez que “é posto em causa o esquema linear da transmissão da comunicação, sobre o qual estava baseado o ensino tradicional”. Este autor acrescenta ainda que se passou, assim, de “um paradigma instrucional do passado, centrado no professor pela utilização do tradicional texto didático verbal sob a forma de um modelo unidirecional, para um paradigma do presente, com a introdução e valorização da interação, caracterizada na comunicação educativa como um processo organizacional que se ocupa da gestão da relação entre professor/aluno e aluno/aluno e da construção do texto didático multimédia enquanto expressão dinâmica do conhecimento curricular ligada aos modelos de aquisição e processamento de informação pelo aluno”. Naturalmente, esta nova configuração comunicativa permite transformar a escola numa “comunidade de aprendizagem aberta à comunidade” dado que, ao ser suportada pelas TIC, estão criadas as condições para que se estabeleçam interações dentro e fora do seu perímetro físico da escola, o que favorece o aparecimento de uma dimensão colaborativa entre escolas, professores, alunos e demais membros da comunidade educativa.

O programa Sociedade da Informação (SOCINFO), com os seus Livro Verde e Livro Branco, constituiu, indubitavelmente, uma grande aposta na integração das TIC na sociedade e na educação e é diversas vezes referido em estudos internacionais.

Em nossa opinião, foram dados passos muitíssimo importantes de gigantes, no sentido de fazer da sociedade brasileira efetivamente “info-incluída”. O esforço desenvolvido foi sem qualquer dúvida gigantesco, devendo ainda ser de ressaltar este esforço pelos números envolvidos (recorde-se a dimensão do território brasileiro e a diversidade de culturas). Se existem locais, onde as condições físicas e materiais não tenham sido minimamente estabelecidas, é muito provável que sejam em número bem reduzido e que esta lacuna venha a ser preenchida num futuro muito próximo.

Contudo, não basta introduzir a tecnologia no seio escolar e esperar que os benefícios surjam instantaneamente, uma vez que a tecnologia só por si não acarreta esses efeitos de forma automática. É necessário capacitar as pessoas, a começar pelos professores que são quem tem a responsabilidade primeira de formar a próxima geração de cidadãos ativos e críticos, para esta nova realidade e desafios. É ainda fundamental que a utilização das TIC seja acompanhada de uma reflexão acerca da forma como podem ser exploradas e rentabilizadas as suas potencialidades, e de uma análise cuidada das novas perspectivas teóricas que se colocam (Costa, 2007).

9.2 Respondendo as perguntas de partida:

Todos brasileiros têm computador em sua residência?

Segundo pesquisa do IBGE divulgada 15/09/2015: (amostra de 148,2 milhoes)
pesquisado em EBC – Agência Brasil em 15/12/2015.

49% de brasileiros não tem computadores em suas residências;

45% de brasileiros não tem interesse em ter computador.

Todos os brasileiros têm acesso à internet?

Segundo pesquisa do IBGE divulgada em 15/09/2015 2015: (amostra de 148,2 milhoes), pesquisado em EBC – Agência Brasil em 15/12/2015.

Acesso a internet em suas residências, dividido por classe sociais no Brasil segundo a (CCEB):

Classe A	Classe B	Classe C	Classe D e E
98 %	82%	48%	14%

Quais os esforços do governo brasileiro para acabar com a exclusão digital?

O programa Sociedade da Informação (SOCINFO), com o Livro Verde e o Livro Branco, constituiu, indubitavelmente, uma grande aposta na integração das TIC na sociedade e na educação brasileira.

9.3 - Trabalho futuro

Ao longo deste trabalho procuramos mostrar que a tecnologia apresenta potencial para melhorar a educação através de um aumento da eficiência dos sistemas educativos, remodelando os modelos pedagógicos tradicionais, aumentando as possibilidades de aprendizagem para além dos limites de uma escola ou sala de aula e combatendo a infoexclusão. Numa economia globalizada há uma grande competitividade entre os países, o sucesso de uma nação depende, entre outros fatores, do poder intelectual dos seus cidadãos. Sendo este o seu recurso natural mais precioso é indispensável que essa nação disponha de uma educação de qualidade, orientada para a formação de seres humanos autônomos, com pensamento crítico e criativo, capazes de se adaptarem a um mundo em constante transformação, de resolver problemas, de comunicar e trabalhar de forma colaborativa e de utilizar as tecnologias com proficiência. Embora, no século XXI, a educação e a tecnologia caminhem lado a lado, não basta que os governos invistam simplesmente na integração das TIC nas Escolas do ponto de vista da criação dos meios físicos (computadores, redes de comunicações, etc.), pois deste modo o seu potencial transformador não se concretizará.

O desafio consiste em encorajar os professores a proporcionarem experiências enriquecedoras aos seus alunos, a redefinir as suas práticas pedagógicas, com vista à elevação da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, e habilitá-los a utilizar a tecnologia de modo a que seja possível proporcionar a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências necessárias a uma aprendizagem durante toda a vida, segundo a Broadband Commission for Digital Development (BBCDD, 2013).

Como já foi referido, o presente estudo teve como principal objetivo fazer uma primeira abordagem acerca da evolução da utilização das tecnologias educativas no

Brasil no domínio da Comunicação e Educação. Ainda que tenham sido apresentados alguns dos esforços dos principais políticos dos governos federais e estaduais para este efeito, seria desejável desenvolver uma investigação mais abrangente, com um maior número de intervenientes e que incluísse, por exemplo, todos os níveis de ensino.

Além disso, seria uma mais-valia recolher informações diretamente a partir dos professores para aferir, mais rigorosamente, as suas expectativas, necessidades, dificuldades e ideias.

Seria interessante investigar as formas como os professores estão usando (ou não) os bancos de recursos disponibilizados pelas diferentes iniciativas governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Argemiro Ferreira de, SOARES, Ismar de Oliveira. Mediador Educacional – Anuário UNESCO/Metodista de Comunicação Regional, Ano14 nº 14 pag. 67-78 jan/dez 2010.
- ARENT, Hannah. Entre o passado e o futuro, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- AZEVEDO, Fernando. A Cultura Brasileira, 3ª Ed 3 vol. São Paulo, Melhoramentos, 1953.
- BBCDD. Technology, Broadband and Education: Advancing the Education for All Agenda. Relatório técnico, Broadband Commission for Digital Development (BBCDD), Paris, France, 2013.
- BELL, Daniel. O advento da Sociedade pós-industrial: uma tentativa da previsão social. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BELLONI, M. L. O que é mídia-educação. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BERTRAND, Yves. Teorias Contemporâneas da Educação. Instituto Piaget. 2º Edição 2001.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é comunicação. Brasiliense, 1ª Ed. São Paulo 2003.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. Comunicação e planejamento. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Ed. Difel, 1989.
- CASTELLS, Manoel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999/2000.
- CASTELLS, Manoel. A sociedades em rede vol. 1 Trad. Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhart. 8ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005
- CASTELLS, Manoel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 14ª Ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011.

- CITELLI, Adilson. Comunicação e educação: a linguagem em movimento. 3. Ed. São Paulo: SENAC, 2004.
- CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. Sociedade Civil, Conhecimento e novas tecnologias: como vencer a exclusão? In: Coletividade e Cidadania desafios para o século XXI ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2005
- CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. Multimídias Educativas. Ed. Ibpx 2008.
- COSTA, F. A. As TIC na educação em Portugal. Concepções e práticas, Capítulo Tecnologias em educação — um século à procura de uma identidade, páginas 14–30. Porto Editora, Porto, Portugal, 2007.
- COUTINHO, C. P. e Alves, M. (2010). Educação e sociedade da aprendizagem: um olhar sobre o potencial educativo da internet. Revista de Formación e Innovación Educativa Universitária, 3(4): 206–225.
- DAUD, Rodolfo Abi. As novas tecnologias da informação e da comunicação: O uso da internet nas escolas. Universidade Católica de Petrópolis, Centro de Teologias e Humanidades, 2009.
- DELORS, J., Al-Mufti, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., Gorham, W., Kornhauser, A., Manley, M., Quero, M. P., Savané, M.-A., Singh, K., Stavenhagen, R., Suhr, M. W., e Nanzhao, Z.. Educação, um tesouro a descobrir— Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Relatório técnico, Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 1996.
- ESCOLA, Joaquim José, RIVAS, Manuela Raposo, FIGUIRA, Maria Esther Martinez, AIRES, Ana Paula Florêncio. Desafios éticos na sociedade tecnológica, Ed. Andavira, 2013.
- ESCOLA, Joaquim José. "Paulo Freire e Gabriel Marcel. Pedagogia da Comunicação como Prática de emancipação" IN: SEVERINO, António Joaquim, ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de, LORIERI Marcos António, Perspectivas de Filosofias da Educação: São Paulo: Ed. Córtez, 2011.

- FANTIN, Monica, Rivotella (orgs), Pier Cesare, BELLONI, Maria Luiza, CARENZIO Alessandra, QUARTIERO, Elisa Maria. Cultura Digital na Escola – pesquisa e formação de professores. Ed. Papirus. 2012
- FERREIRA, Aurélio de Holanda. Minidicionário da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. 1999
- FERREIRA, Nilda Teves. Cidadania Uma Questão para a Educação. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira S.A, 1993.
- FREIRE, Maria Tereza Martins. "O jornal como agente promotor da relação entre comunicação e educação." Revista de estudos da comunicação. Ano 2000, v.1, n. 2, set. pag. 31 – 37.
- FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor, Trad. De Adriana Lopes, Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, Ed. 2ª 1987.
- FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade, Rio de janeiro, Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 8ª edição, 1985.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1982.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 42ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.
- FREIRE, Paulo. Uma Educação para a Liberdade. 4 ed. Porto: Textos Marginais, 1974
- FREIRE, Wendell; RANGEL, Mary (Orgs.) Ensino-aprendizagem e comunicação. Rio de Janeiro: Ed. Wak, 2010.
- GARCIA, Carol, MIRANDA, Ana Paula. Moda é comunicação: experiências, memórias, vínculos. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.
- GIORDANI, Mario Curtis. História do Império Bizantino, Petrópolis, 1997.
- GIRARDELLO, Gilka, OROFINO, Maria Isabel. "A pesquisa de recepção com crianças: mídia, cultura e cotidiano." Anais do XI Encontro Anual da COMPOS Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2002.

- GÓMEZ, Guilherme Orozco, Educomunicação – Recepção midiática aprendizagens e cidadania. Editora Paulínias, 2014.
- GOULD, Stephen J. “The pandas thumb. More reflections on natural history”, New York: WW Norton, 1980.
- HUNBERT, René. História da Pedagogia, Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco- Editora Nacional/ MEC, 3ª Ed. São Paulo, 1976.
- KAPLÚN, Mario. Processos educativos e canais de comunicação. Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna / ECA-USP, p. 68-75, jan./abr., 1999.
- KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.
- KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9ª Ed., Papirus, Campinas São Paulo, 2010.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LIANO, José Gregório de, ADRIÁN, Mariella. A informática educativa na escola. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- MASTERMANN, L. A scuola di media:educazione, media e democrazia nell’Europa degli anni 90 a cura di Pier Cesare Rivoltella. La Scuola:Brescia, 1997.
- MCT/MSI. Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal. Ministério da Ciência e da Tecnologia/Missão para a Sociedade da Informação, Lisboa,Portugal. ISBN: 972-97349-0-9, 1997.
- MELO, José Marques de. Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mario Kaplúm, UNESCO & Universidade Metodista de São Paulo, 2006.
- MIRANDA, Antonio. Sociedade da Informação: globalização, identidade cultural e conteúdos.Ci. Inf. Brasília, v 29, n. 2, 2000. Disponível em HTTP: WWW.Sciele.br/scielo.php ?p. 78-8 maio/agosto, 2000.

- MORAN, José manuel, MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In NovasTecnologias e mediaçõesPedagógicas. 4ª Ed. PapirusEditora, 2001.
- MORAN, José Manuel, Os Jovens easnovaslinguagenseletrônicas. In: DINDONÉ, Iraci M. e SOARES, Ismar O. (orgs) O Jovem e a comunicação. São Paulo: Loyola, 1992.
- MORAN, José Manuel. Educação a Distância: pontos e contrapontos. São Paulo: Papirus Editorial, 2011.
- NAZARENO, Claudio, BOCHINO, Elizabeth Veloso, MENDES, Fábio Luis, PAZ FILHO, José de Sousa. Tecnologias da Informação e Sociedade: O Panorama Brasileiro. Câmara dos Depurados, Coordenação de Publicação. Brasília, 2006.
- OLIVEIRA, Antonio Francisco Maia, BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues, Sociedade da Informação, Transformação e Inclusão Social: A Questão da Produção de Conteúdos. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, V5, n2, p.115-131, jan/jun. ISSN: 1678:1678-765x, 2008.
- RIBEIRO, Darcy. O Povo brasileiro a formação do sentido no Brasil. Ed Companhia da Letras. 2ª Ed. São Paulo, 1995.
- RIBEIRO, Maryster Nascimento de Barros. Educação e Tecnologia: Um olhar para a formação a partir do trabalho do docente. Universidade Católica de Petrópolis. 2013
- RIVOLTELLA, P.C. Media Education: Modelli, esperienze, profilo disciplinare. Roma: Carocci, 2002.
- RIVOLTELLA, P. C. Formar a competência midiática. Novas formas de consumo e perspectivas educativas. Comunicar, 2005.
- RIVOLTELLA, P. C. Midia-educação e pesquisa educativa. Perspectiva. (2010): 119-140. Florianópolis, Jan./jun, 2009.
- RIVOLTELLA, Pier Cesare. “Mass Media, Educazione e Formazione” in MASTERMAN, L. A scuoladi media a cura di Pier Cesare Rivoltella. La Scuola: Brescia, 1997.

- RIVOLTELLA, P. C. e COMI G. “Vocational education e longlife learning nell’era dei media e delle ITC”. In CATTANEO, A. E RIVOLTELLA, P.C. (orgs) Tecnologie formazione, professioni: Idee e tecniche per l’innovazione. Milão: Unicopi 2010.
- ROMANELLI, Olaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes Rio de Janeiro, 2003.
- SANTOS, Gildenir Carolino; Ribeiro, Célia Maria, Acrônimos, siglas e termos técnico: arquivista, biblioteconomia, documentação, informática. Campinas: Átomo, 2004.
- SANTOS, Jair Ferreira dos. O que é pós- moderno. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- SARDENBERG, Ronaldo Mota, Embaixador e Ministro de Estado da Ciências e Tecnologias, Livro Verde – Sociedade da Informação no Brasil, 2000
- SARTORI, G. Homo videns – televisão e pós – pensamento. Tradução de Antonio Augonese. Bauru: EDUSC, 2001.
- SARTORI, Giovani. Homo – Videns: Televisão e Pós – Pensamento – Bauru SP: Ed. SP, 2001.
- SCHELER, Max. Da reviravolta dos Valores, Ed. Vozes, Petrópolis R.J. 1999.
- SILVA, B. D. Avaliação e Tecnologia Educativa: uma reflexão em torno das tecnologias da comunicação e da educação. In Actas das Conferências e Ponenciasdo V Congresso Galego-Português de Psicopedagogía, volume I, páginas 29–40, Corunha, Espanha. Universidade de Corunha, 2000.
- SOARES, Ismar. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Ed. Paulinas, 2011
- SOARES, Ismar. Gestão Comunicativa e Educação Caminho da Educomunicação, Revista do Departamento de Comunicação e Artes do ECA/USP. 2002.
- SOARES, Luiz Fernando G.; ET. tal. Redes de Computadores: das LANs, MANs e WANs às redes ATM. 2ª Ed. Rio de janeiro: Campus, 1995.
- SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1995.

- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação História do Brasil. 4ª Ed. Editora. Manuad. Rio de Janeiro, 1999.
- SETTON, Maria da Graça, Mídia e Educação . Editora contexto, 2011
- TAKAHASHI, Tadão (Org). Sociedade da informação no Brasil:Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 2000.
- TAKAHASHI, Tadão. Livro Branco da Ciência, tecnologia e Inovação.Ministério da Ciência E Tecnologia. Brasília, 2002.
- TEIXEIRA, MARCELO. As faces da comunicação. Munique: Grin Verlag, 2012.
- TRE – Tribunal Regional Eleitoral – Justiça Eleitoral Brasileira.
- TOFFLER, Alvin. Previsões e premissas. Editora Record, Rio de Janeiro, 1993.
- TORNERO, José Manuel Pérez. Comunicação e Educação na Sociedade da Informação, Novas linguagens e consciência crítica, Editora Porto, 2007.
- UNESCO Brasil: desafio e estratégias – Programa de Acfio sobre os Direitos Humanos (Viena, Autria) Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/>
- VALENTE, J. A (org.) O computador na sociedade do conhecimento. Coleção Informática para mudança na Educação, Brasil, Ministério da Educação, Secretária de Educação a Distância, 1999.
- VALENTE, José Armando. "A espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos." IN: A tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- VELIHOVETCHI, Daphne Holzer, VELIHOVETCHI, Finkla Holzer. Curso uso da informática na Educação – Fundamental e Médio. Viçosa – MG Ed.
- WEIL, Pierre Gilles, Roland Tom Pakow. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.
- WERNECK, Vera Rudge. Cultura e Valor. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003
- WERTHEIN, Jorge. A sociedade da Informação e seus desafios. Ciência da Informação, V. 29, nº 2, maio/agosto, 2000.

WEB GRAFIA:

ABEP – Associação Brasileiras de Empresas e Pesquisa. Disponível em:
<http://www.abep.org/criterio-brasil>.

BRASIL – Brasil mais TI. Disponível em:<http://www.brasilmaisti.com.br/>

BRASIL – CAPES – Periódicos. Disponível em: periodicos.capes.gov.br

BRASIL – Ciências sem Fronteiras. Disponível em www.cienciasemfronteiras.gov.br/

BRASIL – Decreto 5542 de 20/09/2005. Presidência da Republica – projeto cidadão Conectado/ Computadores Para Todos. Disponível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/.../D5542.htm

BRASIL – Decreto 6300 de 12/12/2007 – Presidente da Republica – Proinfo Integrado. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/.../Decreto/D6300.htm

BRASIL - FACEBOOK. Disponível em:
<https://www.facebook.com/ministeriodaeducacao>

BRASIL - Fórum Mundial de Educação e Tecnologia. Disponível:
<http://www.fmept.org/pt/>

BRASIL – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em:
<http://www.fnde.gov.br/>

BRASIL – Geral – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <http://www.cnpq.br/>

BRASIL - INEP – Plataforma Devolutivas Pedagógicas – Disponível em
<http://portal.inep.gov.br/plataforma-devolutivas>

BRASIL - Instagran Disponível em <https://www.instagram.com/mec>

BRASIL – Lei 8.248, de 23/10/1991, Presidência da Republica – Casa Civil. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8248.htm

BRASIL – Lei de 7.444, de 20/12/1985, Presidência da Republica - Justiça Eleitoral. Disponível em: presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128199/lei-7444-85

BRASIL – Lei nº 13.005, de 25.6.2014, Presidência da República – Casa Civil.

BRASIL – MCTI /SECIS – Secretária de Ciência e Tecnologia para Inclusão.

Disponível em: www.mcti.gov.br/

BRASIL – Mídias e educação - Disponível em :<http://portal.mec.gov.br/midias-na-educacao>

BRASIL – Ministério da Cultura – Cultura Digital. Disponível em: www.cultura.gov.br

BRASIL – Ministério da Educação – Banco Internacional de Objetos Educacionais.

Disponível em: <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/staticspages?t=0>

BRASIL – Ministério da Educação – BIOE. Disponível em:

objetoseducacionais2.mec.gov.br/

BRASIL – Ministério da Educação – ENEM. Disponível em: www.enem.inep.gov.br/

BRASIL – Ministério da Educação – FIES, Fundo de Financiamento Infantil.

Disponível em: sisfiesportal.mec.gov.br/

BRASIL – Ministério da Educação – INEP. Disponível em: www.inep.gov.br/

BRASIL – Ministério da Educação – Portal do Professor. Disponível em:

portaldoprofessor.mec.gov.br/

BRASIL – Ministério da Educação – PROINFO. Disponível em: portal.mec.gov.br

BRASIL – Ministério da Educação – PROUNI - Programa Universidade para

todos. Disponível em: prouniportal.mec.gov.br/

BRASIL – Ministério da Educação – SISU – Sistema de Seleção Unificada. Disponível

em sisu.mec.gov.br/

BRASIL – Ministério da Educação- Projeto UCA- Um computador por aluno. Brasília.

Disponível em: [www. Uca.gov.br](http://www.Uca.gov.br), 2010

BRASIL – Ministério das Ciências, Tecnologia e Inovação – Casa Brasil. Disponível

em www.casabrasil.com.br

BRASIL – Ministério das Comunicações - GESAC. Disponível em
www.mc.gov.br/gesac

BRASIL - PDE – INTERATIVO. Disponível em:
<http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/pde-interativo>

BRASIL – Plano nacional de Educação – 2014,
pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf
BRASIL–Plataforma Paulo Freire. Disponível em:<http://freire.capes.gov.br/>

BRASIL-PRONATEC. Disponível em:<http://pronatec.mec.gov.br/>

BRASIL – Programa de Governo Eletrônico Brasileiro – CRC – Centro de
Recondicionamento de Computadores. Disponível em:
www.governoeletronico.gov.br/

BRASIL – Mec – Recuperação/Reforço Escolar. Disponível em:portal.mec.gov.br >
Conselho Nacional de Educação

BRASIL – Rede de Comunicadores. Disponível
em:<http://redecomunicadores.mec.gov.br/>

BRASIL – Resolução nº 1 CD/FNDE de 10/1/2014. Disponível em:
www.fnde.gov.br/fnde/.../5353-resolucao-cd-fnde-n-1,-de-10-de-janeir...

BRASIL – SOCINFO – Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em:
www.educabrasil.com.br

BRASIL- SISUTEC. Disponível em:<http://www.sisutec.com.br/>

BRASIL- SETEC. Disponível em: <http://www.setec.sp.gov.br/>

BRASIL - SISU. Disponível em:<http://sisu.mec.gov.br/>

BRASIL – Tecnologias Educacionais. Disponível em:
<http://tecnologiaseducacionais.mec.gov.br/>

BRASIL – UnB – Universidade de Brasília. Disponível em:
<http://www.abep.org/criterio-brasil>

BRASIL – UnB – Universidade de Brasília – Meninas.comp – Disponível em
<http://meninas.cic.unb.br/>

BRASIL - Twitter – Disponível em <https://twitter.com/mec>

BRASIL - You Tube – Disponível em <https://www.youtube.com/user/MECVideos>

CENTEC – Instituto Centro de Ensino tecnológico. Disponível em:
<http://www.centec.org.br>

EBC – Agencia Brasil – disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

FUNDAÇÃO LEMANN – Organização sem fins Lucrativos. Disponível em:
<http://www.fundacaolemann.org.br/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa, disponível em www.ibge.gov.br/

JACQUINOT, Geneviève. O que é um Educomunicador? O papel da Comunicação na formação dos professores (I Congresso Internacional de Comunicação e Educação . São Paulo. 05/1998 Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/11.pdf>

FANTIN, Monica – Mídia-Educação no Ensino e o Currículo como Prática Cultural. Currículo sem fronteiras – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em WWW.curriculosemfronteiras.org437

LDB, BRASIL- Lei 9394 – 20/12/1996, Ministério da Educação – Lei das diretrizes e bases da educação. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

PNAD, Pesquisa Nacional de amostra de Domicílio, disponível em
www.brasil.gov.br/PNAD

RIVOLTELLA, P. C. Entrevista: Falta cultura digital na sala de aula. Disponível em:
<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-continuada/pier-cesare-rivoltella-falta-cultura-digital-sala-aula-609981.shtml>

SOARES, Ismar. Comunicação / educação emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/140.pdf>

TSE – Tribunal Superior Eleitoral – Justiça Eleitoral Brasileira, Disponível em:
www.tse.jus.br/

WIKIPEDIA – Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/>

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm